

TRINCHEIRAS

Revista de cidadania ativa

ibase.

4ª edição,
março de 2016

Sumário

- 1 Charge: Claudius Ceccon
- 2 Conjuntura Internacional: Yilmaz Orkan
- 3 Perfil: Gizele Martins
- 4 Memória: De dia falta água, de noite falta luz
- 5 Indicadores de Cidadania: A urgência de se tratar a água como um bem comum: o caso do rio Caceribu
- 6 Debates: Especialistas mostram como os rios Doce, Paraíba do Sul e São Francisco estão sendo exterminados.
- 7 Reportagem: A “cultura do evento”
- 8 Conjuntura Nacional: Considerações sobre a destruição da política
- 9 Entrevista: Silvio Tendler
- 10 Caleidoscópio: Dicas de publicações, campanhas, filmes e outros produtos e atividades

Expediente

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Rua Senador Dantas, 40 | Centro
Rio de Janeiro | 20031-203
Tel: (21) 3528-3535 |
ibase@ibase.br | www.ibase.br

Equipe de Comunicação

Martha Neiva Moreira – Coordenação
Ana Redig – Edição
Pedro Martins – Reportagem

Projeto gráfico e diagramação
- Estúdio Sopa

Revisão - Clarissa Penna

Conselho Editorial

Ana Redig
Cândido Grzybowski
Claudius Ceccon
Cleonice Dias
Marcia Florêncio
Mario Osawa
Martha Neiva Moreira
Nahyda Franca
Regina Novaes
Rita Correa Brandão
Robson Oliveira

Apoio



Ibase: 35 anos de ativismo cidadão

Neste ano de 2016 o Ibase completa 35 anos como organização de cidadania ativa. A quarta edição da revista digital **Trincheiras** é um marco do seu reinventar-se nas diferentes conjunturas políticas, coisa que o Ibase faz desde seu começo. Agora, o momento é de priorizar a volta às bases, criar resistências e se preparar para alimentar uma nova grande onda de democracia.

Não vou lembrar aqui a rica história de iniciativas, projetos e campanhas de cidadania ativa em que o Ibase se meteu nesses 35 anos. Podemos celebrar sucessos, muitos até, e lamentar fracassos, outros tantos. O mais importante é que seguimos um rumo e o perseguimos até

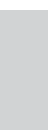
hoje. É isso que quero reafirmar neste editorial da **Trincheiras**: algo novo e promissor para o nosso fazer como instituição de cidadania.

O Ibase é resultado e ator, ao mesmo tempo, do processo de redemocratização do Brasil. Foi pensado por seus fundadores Herbert de Souza (Betinho), Carlos Afonso e Marcos Arruda, na época exilados em função da ditadura militar de 1964-1985. Era, e ainda é, uma ideia para construir o futuro, um modo de contribuir para transformar democraticamente o Brasil. O valor estratégico da democracia como método de transformação pela participação cidadã não violenta – baseado nos princípios e valores éticos da liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação, todos juntos e ao mesmo tempo, na feliz expressão de Betinho – foi redescoberto e valorizado no exílio. Deixa-se de lado a ideia da esquerda de então de conquistar o Estado e usá-lo para fazer justiça social, para pensar no que pode transformar o Estado e, como consequência, a economia: a cidadania em ação.

Tal visão estratégica está no âmago do Ibase. Ele só tem sentido como organização de cidadania ativa a serviço da cidadania. Mais do que um projeto, os fundadores definiram uma direção a seguir, o caminho a trilhar: investir na radicalidade da democracia. A Anistia Política de 1979 permitiu que o sonho dos fundadores se realizasse. No clima de redemocratização que tomava conta do Brasil, o Ibase foi legalmente instituído em outubro de 1980 e



Foto: Rodrigo Miguez



passou a ter vida de fato em 1981, na rua Vicente de Souza, em Botafogo, no Rio de Janeiro.

Com essa missão, o Ibase precisa estar conectado às diferentes conjunturas, às possibilidades e aos limites da ação cidadã por mais democracia. Está, portanto, no DNA do Ibase analisar, produzir e difundir dados e informações para alimentar a cidadania e democratizar a sociedade. Trata-se de uma instituição de pesquisa, sim, mas para a ação política. Não cabe ao Ibase o papel de instituição de excelência em pesquisa, mas ele precisa produzir ou captar conhecimento e informação estratégicos, os tais “dados”, formatá-los e difundi-los para, com eles, fomentar a cidadania ativa. “Democratizar a informação para democratizar a sociedade” foi e é um modo de o Ibase realizar sua missão como organização político-cultural autônoma, sem vinculação partidária ou religiosa. O debate público é, por isso mesmo, um campo fundamental da nossa atuação. Como objetivos estratégicos, o Ibase sempre perseguiu três objetivos básicos – mudando só a forma de os definir, acompanhando a própria democratização. Hoje os definimos assim:

Desenvolver a cultura democrática de direitos e responsabilidades, de cuidado, convivência e compartilhamento;

Fortalecer o tecido associativo da diversidade de sujeitos coletivos, identidades, formas de organização e vozes;

Apoiar a cidadania ativa, instituinte e constituinte, na ação direta e participativa e no voto.

Ibase: “Instituto para a Base”, eis a síntese de uma ideia de fazer ação político-cultural com cidadania, a serviço dela, com respeito e, ao mesmo tempo, com responsabilidade, apoiando e criticando, se necessário for. Buscamos contribuir para uma cultura de direitos democráticos, para a organização e a mobilização cidadã, para a incidência no debate público, na definição de agendas e políticas e na sua avaliação. Isso nos obriga a uma permanente reinvenção para fazer o que for identificado como necessário e possível em cada conjuntura. No Portal Ibase estão indicadas todas as iniciativas e projetos do Ibase. Somos uma instituição que zela pelo máximo de transparência em tudo.

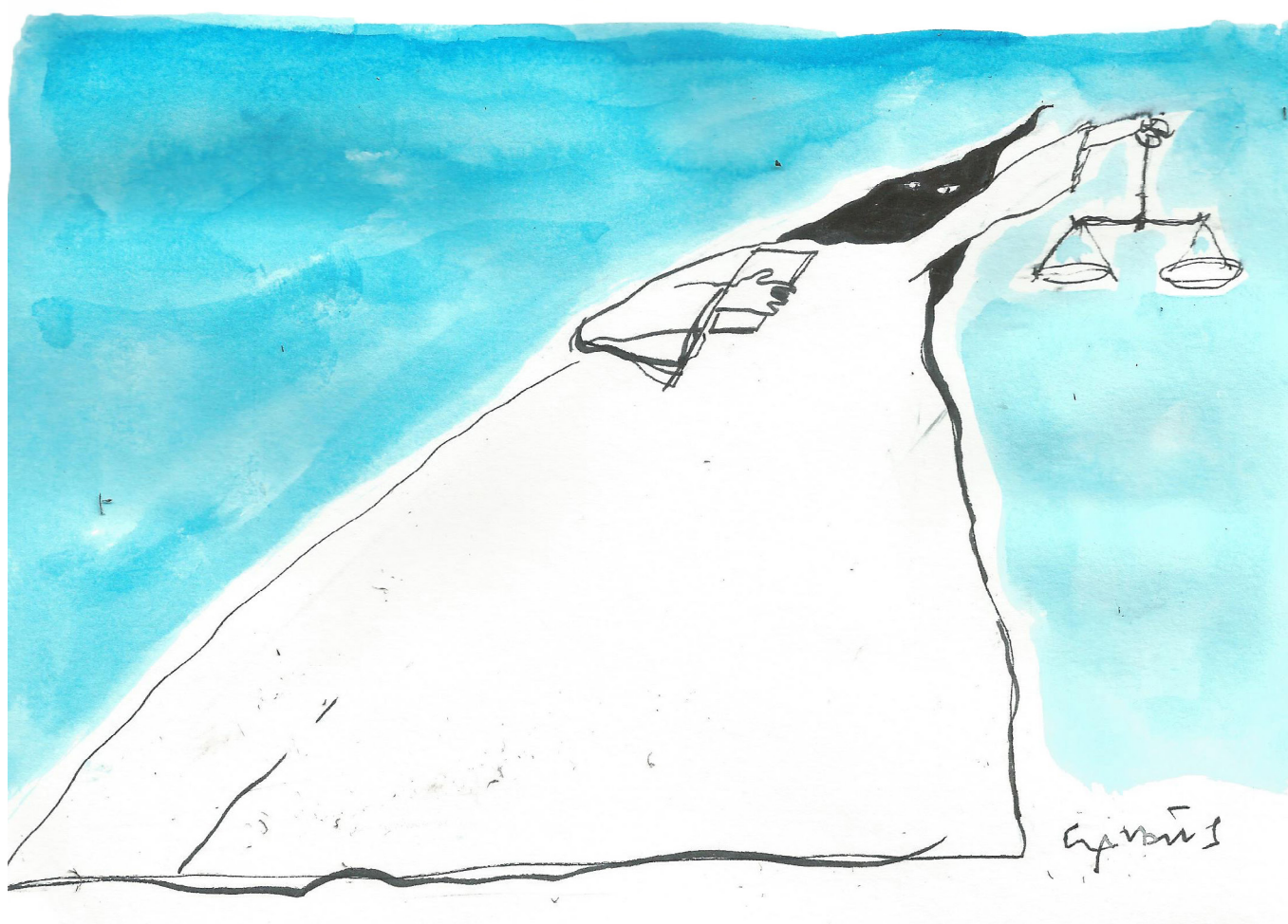
Em contraste com os três Cs que a ditadura identificou como o “Comando de Caça aos Comunistas”, o Ibase redefine seus próprios Cs como Compromisso + Competência + Criatividade – eis o que o Ibase busca como expressão de sua equipe interna. Não somos muitos, não passamos de uma pequena pulga, como, informalmente, defino o Ibase, mas sabemos morder e incomodar o elefante Estado, os donos do poder e da economia, as classes dominantes enfim. Se não os mudamos, fazemos ao menos com que se mexam e até com que olhem para onde nunca olham.

A capacidade do Ibase como organização de cidadania ativa não pode ser medida por sua sempre pequena equipe interna ou pelo orçamento curto. Não temos recursos próprios para nosso financiamento, dependemos de parcerias com agências internacionais de cooperação, fundações, empresas estatais e doações dos próprios cidadãos. Na verdade, o potencial do Ibase precisa ser avaliado por sua extensa rede de relações de parceria, cuja maior parte não envolve recursos financeiros, mas engajamento coletivo.

O Ibase se define como um mero nodo local, no Rio de Janeiro, de extensa rede, dentro do Brasil e também fora, na América Latina e no mundo. Temos parceiros no território brasileiro, em todos os países da América Latina e em quase metade dos países do mundo. Afinal, o Ibase foi concebido fora, no exílio, para nascer aqui e ser cidadão do mundo. Apostamos em movimentos e ações da nascente cidadania planetária, que se insurge contra os Estados nacionais, se necessário for, por “outro mundo”, do bem viver para toda a humanidade e com respeito à integridade da vida e do planeta.

A leitura da **Trincheiras** por vocês e seu uso como ferramenta político-cultural de construção de cidadania e mais democracia é um modo de se incluir na rede do Ibase e celebrar seus 35 anos, pensando nos próximos 35 que temos pela frente...

Boa leitura! 🍷



CONJUNTURA INTERNACIONAL

Este espaço está reservado para um artigo de Yilmaz Orkan, membro do Congresso Nacional do Curdistão, integrante da Comissão de Relações Exteriores e da Rede Kurdish. Em novembro ele esteve no Brasil e no Ibase para difundir informações sobre o Curdistão e tentar iniciar um processo de solidariedade brasileira com a luta do povo curdo.

Enquanto esteve no Rio de Janeiro, Yilmaz participou de várias atividades e reuniões sugeridas pela direção do Ibase e aceitou nosso convite para escrever sobre a luta de resistência de seu povo na seção Conjuntura Internacional da revista Trincheiras. Infelizmente, o próprio Yilmaz foi pessoalmente atingido: antes de finalizar o artigo, seu irmão e seu sobrinho foram assassinados.

Em respeito e em solidariedade a este momento, aguardaremos o envio do texto, assim que Yilmaz estiver em condições de fazê-lo. Utilizaremos todos os nossos canais de informação para avisar logo que o artigo estiver incorporado à revista.

Contamos com a sua compreensão. 🍷

Ana Redig
Editora



O enfrentamento é rotina na vida de Gizele (com o cartaz) e de quem busca garantia de direitos nas favelas do Rio

PERFIL

Gizele Martins

Pelo direito à comunicação

Martha Neiva

*Jornalista, coordenadora
de Comunicação do Ibase*

O sorriso é largo, bonito, e a fala é firme – fruto de muita conquista, depois de um caminho tortuoso, como muitos jovens moradores de favela enfrentam no Brasil. Aos 30 anos, a jornalista e comunicadora popular Gizele Martins já enfrentou muitos desafios como moradora do Complexo da Maré, onde nasceu e foi criada. Mas a determinação de estudar e ter uma carreira ocupou o espaço do ressentimento e transformou a indignação pelo que ela vê a sua volta em mola propulsora para sua atuação como militante do Movimento de Favelas e pela democratização da comunicação no país.

*As UPPs têm
alterado o dia a
dia dos moradores.
A cultura popular
não é permitida, as
práticas religiosas
de origem africana
também não, há uma
censura às mídias
comunitárias.*

Sua agenda é sempre cheia com palestras sobre o tema no qual vem se especializando: a militarização das favelas cariocas e a resistência das populações que nelas habitam. Quem já a ouviu falar do assunto sabe que sua crítica é forte, incisiva e muitas vezes raivosa, por conta da violência que enfrenta e que percebe diariamente em seu local de moradia. Para ela, com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), a favela perde:

– Estamos passando por uma grande transformação no Rio de Janeiro, um afastamento das favelas do resto da cidade. Acho que a UPP é um dos projetos que contribuem para essa situação. A militarização tem causado uma grande mudança nas favelas, pois tem acabado com aquilo que foi construído durante os mais de cem anos de existência desses espaços na cidade. As UPPs têm conseguido alterar o dia a dia dos moradores. A cultura popular não é permitida, as práticas religiosas de origem africana também não, há uma censura às mídias comunitárias. Toda a forma de convivência interna na favela também sofre impacto com as UPPs, o que significa uma ruptura daquilo que a gente chama de vida alternativa e de resistência favelada. A identidade desses espaços se dilui em meio à opressão policial.

A vigilância sem trégua na favela, segundo ela, viola direitos básicos, como o de ir e vir, resulta em violência, especialmente contra jovens negros, e impede que as diversas linguagens, expressões locais de comportamento e cultura tenham espaço para se manifestarem. Gizele mesmo já foi impedida de permanecer na Maré por sofrer ameaças em função da edição do jornal O Cidadão, publicação local que dá voz aos moradores.

Hoje, seu instrumento de militância é basicamente a voz. Só este mês vai ministrar quatro palestras em universidades públicas do Rio de Janeiro e outros estados. Nos últimos anos, ela tem viajado pelo país falando da relação entre favela e segurança pública, das violações de direitos que moradores de favelas cariocas sofrem depois da instalação de UPPs, do impacto dos megaeventos na vida das populações desses locais. Ela também esteve na Itália e na Holanda, ano passado, falando sobre o assunto.

Este ano, a moça do belo sorriso tem um desafio a mais: vai dar sequência aos estudos. Passou para o programa de mestrado em Educação, Cultura e Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com projeto de pesquisa sobre o tema do qual fala tão bem: a relação da favela com a política de segurança pública.



À esquerda, Gizele, no bloco *Se benze que dá*, do Conjunto de Favelas da Maré

Além do mestrado, ela está escrevendo um livro sobre o impacto da militarização no cotidiano da mulher favelada.

– A ideia é contar o que pensam algumas mulheres de favelas em meio a este momento tão difícil para nós – conta Gizele, que também está colaborando na produção de um livro do Núcleo Piratininga de Comunicação sobre comunicação comunitária.

A escolha pelo caminho do jornalismo e, especialmente, pela comunicação comunitária, foi determinada pelo fato de ter tido desde muito jovem a compreensão de que a realidade da favela poderia ser contada de outra forma, muito diferente das versões que saíam na imprensa comercial. Foi aos 14 anos, após a morte da mãe, quando percebeu o acolhimento de vizinhos em relação a ela e sua avó, com quem mora até hoje, que decidiu contar para o mundo que a vida na favela era bacana. Neste Carnaval, lá estava ela, desfilando na bateria do bloco da Maré “Se benze que dá”, com seu sorriso contagiante, toda trabalhada na alegria.

– Lembro que, quando minha avó e eu chegamos do enterro, o carinho e o acolhimento das pessoas me chamaram a atenção. Entendi, naquele momento de dor, que havia muita coisa bacana ali para mostrar ao mundo, que tinha orgulho de morar na favela, que ali havia histórias interessantes para contar, uma realidade cultural de muita criatividade, muita força e beleza também.

Na PUC-Rio, onde cursou jornalismo, contou com a parceria de alguns professores que a ajudaram a superar eventuais dificuldades de um Ensino Médio precário, sobretudo com a escrita. Na PUC, também teve contato com a “vida burguesa” como nunca imaginou.

– A realidade de muitos ali era tão absurdamente diferente da minha que isso acabou me dando mais força para a militância.

Foi nas salas da universidade que ela também enfrentou uma situação

bizarra, provocada por uma jornalista e professora, que foi ostensivamente preconceituosa e injusta com ela ao não reconhecer a validade de um trabalho de conclusão de curso, no qual Gizele descrevia em forma de reportagem a realidade da luta por moradia, uma realidade que vivia na prática.

– Jamais pensei que fosse enfrentar tamanha agressividade de um professor em uma instituição de ensino. Ela pediu uma reportagem sobre uma realidade vivida pelos alunos. Todos ali sabiam que eu era moradora de favela. Quando ela entregou o trabalho de volta, disse em alto e bom som que “aquela aluna (eu) deveria ser uma criminosa por escrever aquilo, por contar aquela realidade”. Escutar isso de uma professora em uma universidade foi uma violência tão absurda que quase desisti. Mas outros professores se manifestaram e acabei voltando e concluí o curso.

Quase desisti do curso quando uma professora me chamou de criminosa por ter apresentado uma reportagem sobre a realidade vivida na favela, tema do trabalho proposto.

Essa lembrança dos bancos escolares contrasta com outra, muito doce, ainda dos tempos de criança, no Ciep Elis Regina, situado na Baixa do Sapateiro, região na Maré que é a divisa entre duas favelas, escola que frequentou até os 11 anos.

– Estudei em três escolas, mas a Elis Regina foi a que mais me marcou. Ficava lá das 7 horas às 17h30. Tinha biblioteca, videoteca, horta, alimentação e um cuidado impressionante dos professores. Eram sensíveis, respeitosos e percebiam qualquer dificuldade dos quarenta alunos que tinham na turma e iam, com sabedoria, dando soluções, sempre com muito afeto.

Pois é. É essa a escola pensada pelo professor Darcy Ribeiro. É essa a escola que nos falta. Perdemos nós, que deixaremos de formar mais pessoas como Gizele, que desde tão nova vem fazendo história, defendendo a identidade da favela e a comunicação como um direito humano. 🍷



MEMÓRIA

De dia falta água, de noite falta luz

Ana Redig

Jornalista do Ibase

Até os mais jovens conhecem a famosa música “Vagalume”, de Vitor Simon e Fernando Martins, vencedora do disputadíssimo Concurso de Marchinhas do Carnaval de 1954. Na época, os compositores já usavam de ironia e irreverência para denunciar as péssimas condições dos serviços ofertados à população e o descaso com que esses problemas eram tratados. Tragicamente, os temas que afligiam os cariocas há 62 anos permanecem preocupando a população da cidade, que agora se prepara para receber os Jogos Olímpicos. Talvez por isso a marchinha faça sucesso até hoje, não só durante o Carnaval e não apenas entre os cariocas. Ela é lembrada por todos os

Vagalume

Vitor Simon e Fernando Mart

Rio de Janeiro

Cidade que nos seduz

De dia falta água

De noite falta luz.

Abro o chuveiro

Não cai nem um pingo

Desde segunda

Até domingo

Eu vou pro mato

Ai! pro mato eu vou

Vou buscar um vagalume

Pra dar luz ao meu chatô.

brasileiros sempre que os períodos de estiagem se prolongam, ameaçando o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica no país.

Atualmente, no Brasil, apenas a região Sul opera dentro da normalidade quanto o assunto é abastecimento de água. E quando falamos em água, estamos nos referindo também à geração de energia elétrica, já que mais de 90% da nossa capacidade de geração é hidrelétrica. As reservas no Sudeste, Centro-Oeste e Norte estão todas abaixo de 30%, sendo que a média no Nordeste gira em torno de 10%. No Rio de Janeiro, a Bacia do Paraíba do Sul é responsável por fornecer água a 10 milhões de habitantes. Em outubro do ano passado, seus quatro reservatórios tinham, juntos, um volume útil de apenas 5,73%. O do rio Paraibuna, o maior deles, chegou a alarmantes 1,09% do volume útil.

Em São Paulo os sobressaltos começaram em 2004, quando a Sabesp, empresa responsável pelo abastecimento de água do estado, renovou seu contrato com o governo, ciente de que a estrutura dos reservatórios era insuficiente para a demanda, tendo em vista o aumento expressivo da população. O Sistema Cantareira, construído nos anos 1970, já não atendia a demanda e vinha operando com os tanques vazios há dez anos. Só que a Sabesp não fez os investimentos necessários e as chuvas não caíram, mergulhando o estado de São Paulo na maior crise de abastecimento dos últimos oitenta anos. Em maio de 2015 o volume útil do reservatório acabou e a empresa foi forçada a usar o volume morto (que fica abaixo do túnel que retira a água do reservatório). Além disso, foram criados descontos nas tarifas para estimular a redução do consumo, mas será necessário muito mais do que isso para resolver a questão. Mesmo que as perdas (atualmente entre 25% e 31%) diminuam, ainda que chova mais do que qualquer previsão e mesmo que a população reduza drasticamente o consumo de água, a recuperação do nível do Sistema Cantareira pode levar até dez anos, e a demanda vai continuar crescendo.

Anos de ouro

A maior seca da história do país (de 1951 a 1956) não inspirou apenas marchinhas de Carnaval. Ela também foi definitiva para a decisão de construir reservas para poupar águas pluviais, tanto para o abastecimento de água como para a geração de energia. Entre as mazelas cantadas nas marchinhas dos anos 1950 e 1990, o Brasil viveu seus “anos de ouro” em termos de gerenciamento e fornecimento de água e energia. A partir de 1957 foi desenvolvido um moderno sistema hidrelétrico, que fez a capacidade instalada do país saltar de 3.500 mWh para 55.000 mWh em 1995.

E como fizemos isso? Aproveitamos nossas características naturais: o Brasil tem bacias hidrográficas em todas as regiões, compostas por rios caudalosos e permanentes, capazes de aproveitar diferentes regimes de chuva. Por terem declive suave, basta barrar a passagem das águas para que grandes lagos se formem, estocando energia em potencial para quando houver necessidade. Sempre que é preciso, abrimos as comportas para que as águas passem por uma turbina e caiam, por gravidade, gerando energia. Quando construídas em sequência, a mesma água é usada inúmeras vezes, antes que chegue ao mar, seu destino natural. Fácil, barato e limpo.

Especialistas estrangeiros vinham aprender como montar um sistema energético como o nosso: limpo, renovável, barato, com alta capacidade de estocagem.

Em seguida, o sistema foi sendo interligado por linhas de transmissão, permitindo a um operador central administrar diversos reservatórios que nem têm ligação física entre si, funcionando como vasos comunicantes. Quando chove pouco em uma bacia, o operador reduz a quantidade de energia enviada para a rede e aciona outra usina, que tenha recebido mais chuvas, para fazer a compensação. Esse mecanismo, que o consumidor nem nota, garante a estabilidade e confiabilidade do sistema.

Especialistas estrangeiros visitavam o Brasil para aprender como montar um sistema energético como o nosso: limpo, renovável, barato, com alta capacidade de estocagem e com um gerenciamento de águas capaz de transferir grandes blocos de energia entre as regiões, mesmo que as reservas hídricas estivessem muitos quilômetros distantes umas das outras. O que aconteceu, afinal, para estarmos nesta crise?

Tudo começou no fim dos anos 1980, com a inflação e o endividamento externo. O setor, construído em torno da holding Eletrobras, era formado por geradoras e distribuidoras: empresas federais, estaduais e até mesmo algumas particulares, todas fortes e estáveis. A capacidade de endividamento dessas empresas públicas foi usada seguidamente, por diversos governos, para obter os dólares necessários ao pagamento da dívida externa. Enquanto isso, os valores das tarifas não podiam ser reajustados para não impactar a inflação. Não é preciso ser um grande economista para notar que as contas não fechariam.

Em meados da década de 1990 as dívidas cruzadas no setor chegaram a US\$ 50 bilhões! Era o argumento que faltava para justificar a privatização das empresas. Fernando Henrique Cardoso, ainda ministro da Fazenda, iniciou o desmonte do setor. Para atrair os investidores, especialmente os estrangeiros, anulou as dívidas das empresas, tornando-as “rentáveis”. O sistema estatal cooperativo de excelência que tínhamos passou a ser privado concorrencial. A energia, bem comum, tornou-se um produto como qualquer outro, sujeito a oferta e demanda.

Apesar das privatizações, a operação do sistema permaneceu centralizada nas mãos do Operador Nacional do Sistema (ONS), empresa privada criada para controlar toda a geração, definir o volume de energia disponibilizado na rede, preços etc. As empresas privadas do setor são, portanto, apenas investidoras em energia, cujos ganhos são de natureza exclusivamente financeira. Não controlam sua própria operação, não definem quanto vão produzir, nem fixam seus próprios preços. A ONS tem poder absoluto e, em contrapartida, opera com total transparência.

Ainda assim, os contratos eram um convite à remessa de lucros: permitiam que as empresas estrangeiras comprassem energia barata e vendessem ao consumidor quatro, cinco vezes mais cara. Além disso, durante oito anos a empresa privatizada não precisava fazer qualquer investimento na expansão do sistema ou mesmo repassar ao consumidor nenhum ganho de produtividade. Para se ter uma ideia, em dois anos o grupo americano AES retirou US\$ 300 milhões da Cemig,

O BNDES não podia fazer empréstimos para as estatais, mas repassou R\$ 5 bilhões do FAT para financiar grupos privados que compraram empresas públicas de energia.

sem realizar qualquer obra. O setor foi sendo rapidamente canibalizado por empresas de todo o mundo. Até o BNDES ajudou. Impedido por uma resolução do Banco Central de conceder empréstimos para as estatais, o BNDES repassou R\$ 5 bilhões do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para financiar grupos privados na compra de empresas estatais do setor.

Enquanto isso, o Brasil se tornava líder em exportação de soja e carne, ou seja, precisava de cada vez mais água para garantir a produção e também o abastecimento de água e energia para uma população expressivamente maior. Como a maior parte da geração continuava nas mãos do Estado e o país não fazia qualquer investimento para garantir o superávit contábil, nossas reservas, outrora abundantes, foram sendo irresponsavelmente consumidas.

O modelo anterior ia sendo desmontado rapidamente, enquanto um novo modelo – que incluía a construção de termelétricas, mais sujas e caras – praticamente empacou. Os especialistas alertaram várias vezes e de inúmeras formas: “Sem investimentos em geração e transmissão, continuamos gastando os estoques de água. A capacidade do sistema vai se esgotar”. A conclusão está no Plano Decenal da Eletrobras, publicado em 1998. O documento oficial afirmava que 2000 seria “crítico” em relação ao risco de déficit.

Modelo equivocado, inércia irresponsável

O Ministério de Minas e Energia planejou a construção de 49 usinas térmicas para resolver o assunto, mas alegou estar impedido pelo Conselho Nacional de Desestatização de realizar os investimentos. Na Fazenda, a preocupação girava em torno de superávits, da contenção da inflação e da conclusão da privatização. O presidente FHC minimizou a crise, disse que era coisa do passado, e a crise energética foi descartada da pauta de prioridades nacionais.

Em agosto de 1999, o risco de racionamento atingiu 30%, mas o governo preferiu apostar que as chuvas resolveriam tudo sozinhas. Em dezembro as reservas chegaram ao nível mais baixo: 18%. As chances de o país entrar em colapso eram de 50%. Só que em 2000 choveu mais do que qualquer previsão, elevando os níveis dos reservatórios. O governo achou que não tinha mais com o que se preocupar. Tanto que o presidente FHC anunciou o Projeto Reluz,

com o objetivo de tornar eficientes 8 milhões de pontos de iluminação pública e instalar mais de 1 milhão de novos pontos. Para o meio rural, o presidente prometeu o Programa Luz no Campo, que pretendia levar energia elétrica a 1 milhão de propriedades e domicílios até 2002.

Mas a chuva não veio e nada disso aconteceu. FHC tentou empurrar a culpa para os antecessores Collor e Itamar, mas nada disso adiantou. Ainda estamos trabalhando no sobressalto, temendo as reservas abaixo de 10%, que impediriam o fornecimento. Tecnicamente é preciso gerar energia em 60 hertz (ou 60 ciclos por segundo), pois todas as nossas máquinas, equipamentos e eletrodomésticos estão ajustados dessa forma. Isso exige que as turbinas mantenham, com estabilidade, uma determinada velocidade de rotação. Quando a quantidade de água diminui, o fluxo se torna menos estável, exigindo mais esforço das turbinas, o que pode acionar seu sistema de proteção, que interrompe a geração automaticamente.

Fundo do poço

Terminados os contratos que garantiam oito anos de “retiradas certas”, as empresas passaram a ter que fazer investimentos. E, em caso de atraso nas obras, o investidor é obrigado a comprar energia no mercado de curto prazo, cujo valor, em 2014, ficou na casa dos R\$ 800, por causa da falta de chuvas. Isso, claro, aumentou o risco financeiro dos empreendedores. Na hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, por exemplo, foram gastos pelo menos R\$ 2,6 bilhões com essas compras. Parte do nosso desafio é, portanto, manter o ritmo de expansão das usinas, sem sujar o parque energético brasileiro com mais termelétricas que, em condições normais, jamais seriam necessárias para atender a demanda do Brasil.

O enorme sistema energético brasileiro foi levado a abandonar sua maior vantagem comparativa mundial: seu potencial hídrico ainda inexplorado.

O setor precisa de investimentos que viabilizem a expansão da nossa tradicional geração de energia limpa, mas ainda é preciso administrar a recomposição das tarifas de energia, que subiram, só em 2014, 34% em média. Ainda assim, elas não absorveram os custos bilionários do uso intensivo de térmicas e da compra de energia no mercado de curto prazo. Segundo os cálculos de associações de distribuidores, transmissores e geradores de energia, o rombo no setor gira em torno de R\$ 100 bilhões, que já estão sendo repassados para o contribuinte por meio das novas bandeiras tarifárias adotadas ano passado pelo governo.

Se investimentos na construção de novas usinas hidrelétricas não forem feitos e se não chover o suficiente, os níveis das reservas podem chegar a 10%, colocando novamente o país sob risco de apagão. Infelizmente, essa não é uma hipótese longínqua, e sim o cenário mais provável. 📌

Tomara que chova

Paquito e Romeu Gentil

Tomara que chova

três dias sem parar

Tomara que chova

três dias sem parar

A minha grande mágoa

É lá em casa não ter água

Eu preciso me lavar.



As linhas de transmissão permitem o controle centralizado, otimizando a geração e a distribuição de energia no país



INDICADORES DE CIDADANIA

A urgência de se tratar a água como um bem comum: o caso do rio Caceribu

Rita Corrêa Brandão

Coordenadora do Ibase/Incid

Bianca Arruda

Pesquisadora do Projeto Incid

Depois da primeira etapa do Projeto Incid [1] o Sistema de Indicadores de Cidadania mostrou que a ausência de dados impedia a criação de vários indicadores de cidadania importantes para os territórios. Por isso, em sua segunda etapa, o projeto produziu quatro pesquisas de “avaliação de situação específica”. Uma delas é O direito à água na Área de Atuação do Incid (AAI) [2].

A água é um elemento fundamental para a vida de todo o planeta, pois é imprescindível para todos os seres humanos e ocupa um lugar central no conjunto de sistemas ambientais que regulam a vida. Como

[1] Proposta piloto do Ibase na construção do Sistema de Indicadores realizada em parceria com a Petrobras. A primeira etapa ocorreu de junho de 2011 a novembro de 2013.

[2] A área de atuação do Incid consiste num território formado por 14 municípios que têm sofrido importantes transformações sociais, econômicas e políticas em função da instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) na região, um empreendimento da Petrobras.

recurso natural, após a vivência das crises hídricas, hoje sabemos, ela é finita. Existe uma quantidade na natureza em tamanho determinado: somente uma pequena parcela de água doce resta disponível para consumo. É preciso, portanto, recuperar e preservar os mananciais existentes. A água existe em estoque natural na Terra. Ela é assim classificada como um comum natural, distinguindo-se dos comuns produzidos, como a língua e os sistemas de conhecimento, por exemplo (Grzybowski, 2012; 2015).

A ideia do que é comum e necessário a toda a vida em sociedade, e que por isso deve ser partilhado e cuidado por todos e todas, dá o tom do que é um bem comum. O que faz um bem ser comum é seu indispensável compartilhamento e necessário cuidado. A percepção da necessidade de compartilhar e cuidar de certos bens leva os grupos humanos a se organizarem e a tratá-los como comuns (Grzybowski, 2011).

A pesquisa em curso sobre o direito à água, embora ainda não terminada, já nos sinaliza questões importantes acerca do cuidado necessário para a manutenção desse bem comum fundamental para a vida de todos os seres no planeta e cada vez menos disponível a todos e todas de forma igualitária.

Na busca por dados secundários para a criação do indicador “Direitos coletivos – direitos ambientais: situação da qualidade da água”, ao avaliarmos a qualidade da água dos rios que perpassam o território de análise, percebemos como ameaçamos a grande biodiversidade da qual os rios dependem para existir, ainda que no limite da sua capacidade de recuperação.

O que faz um bem ser comum é seu indispensável compartilhamento e necessário cuidado.

As principais fontes poluidoras que degradam os rios em geral são as atividades industriais e agrícolas (que promovem a contaminação por metais pesados, agrotóxicos etc.), as redes de esgotamento sanitário e os resíduos sólidos. O tratamento e a disposição desses resíduos de forma inadequada, nos lixões ou em locais inapropriados, também colaboram para a degradação desse bem comum.

O indicador em questão toma por base o Índice de Qualidade das Águas (IQA), desenvolvido para avaliar a qualidade desse bem comum usado para abastecimento público após realização do tratamento convencional. É uma ferramenta de monitoramento utilizada pela Agência Nacional de Águas (ANA), como instrumento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH), cujo objetivo é a avaliação dos corpos d’água para estabelecimento do nível de qualidade a ser alcançado ou mantido. Ele capta principalmente a contaminação causada pelo lançamento de esgotos domésticos. Os dados relativos aos corpos hídricos que percorrem o estado do Rio de Janeiro são fornecidos pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), que disponibiliza apenas o IQA Médio Consolidado. [3]

Na maior parte do rio Caceribu, um dos principais contribuintes da baía da Guanabara, o IQA Médio Consolidado apurado é “ruim”.

[3] Os parâmetros utilizados pela ANA no cálculo do IQA são nove: temperatura, sólidos totais, pH, turbidez, coliformes termotolerantes, demanda bioquímica de oxigênio, oxigênio dissolvido, fósforo total e nitrogênio total. No caso do IQA Médio Consolidado disponibilizado pelo Inea, não é possível decompor por esses nove parâmetros, considerando-se assim a média das medições efetuadas nas estações de monitoramento ao longo de um ano.

O exemplo do rio Caceribu

O rio Caceribu pertence à bacia hidrográfica da baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. Tem sua nascente na serra do Sambê, localizada no município de Rio Bonito, e atravessa outros quatro municípios antes de chegar ao mar: Tanguá, Itaboraí, parte de São Gonçalo, desaguando na vertente leste da baía de Guanabara pelo manguezal de Guapimirim. É um dos principais contribuintes da baía da Guanabara, com quase 60 km² de extensão (Helder, 1999).

Analisando o IQA Médio Consolidado desse rio, observamos que a qualidade do rio Caceribu é avaliada como razoável já no município onde está localizada sua nascente e que piora consideravelmente a partir daí, sendo avaliada como ruim já na estação de monitoramento seguinte, localizada na cidade de Tanguá. Na sequência, observa-se uma relativa melhora do IQA do rio Caceribu nos municípios de Itaboraí e Guapimirim, mas que se mantém em geral muito próxima da faixa de qualidade “ruim” em Itaboraí e “ruim” em Guapimirim [4]:

[4] De acordo com a ANA, os parâmetros da qualidade da água encontram-se assim escalonados para o estado do Rio de Janeiro: 91-100: ótima; de 71-90: boa; de 51-70: razoável; de 26-50: ruim; de 0-25: muito ruim.

[5] Não há dados relativos a São Gonçalo por não haver estação de monitoramento do rio Caceribu nesse município.

Tabela 1: Situação da qualidade da água do rio Caceribu, de acordo com o IQA

Corpo hídrico	Bacia hidrográfica	Localização da estação de amostragem/ Município	IQA NSF Média (2014)
Caceribu	V – Baía de Guanabara	Rio Bonito	69,6
		Tanguá	37,3
		Itaboraí	55,1
		Guapimirim	46,5

Fonte: Boletim consolidado de qualidade da água por região hidrográfica (Inea, 2014). [5]



Como falamos, o IQA mede a contaminação das águas dos rios pelo lançamento de esgoto sanitário não tratado e cargas orgânicas. Se considerarmos a urgência de uma total cobertura e adequação da precária rede de esgotamento sanitário nos municípios por onde corre o Caceribu, os dados demonstrados no indicador “Direitos coletivos – direitos ambientais: situação do esgotamento sanitário” do Sistema de Indicadores de Cidadania e os esforços efetuados para garantir o tratamento adequado do esgoto sanitário nesses municípios, demonstrado no indicador “Direitos coletivos – direitos ambientais: garantia de tratamento do esgotamento sanitário”, fica ainda mais evidente a ineficácia das políticas públicas destinadas à preservação desse bem comum no território.

Cabe ressaltar, ainda, que há na região da bacia do rio Caceribu indústrias com significativa atuação poluente, de acordo com a avaliação da Ecologus-Agrar (2005). São elas: indústrias de reaproveitamento de papel e papelão, a Perma Indústria de Refrigerantes e a Companhia Brasileira de Antibiótico (Cibran), que despejam efluentes diretamente no rio Caceribu. Essas duas últimas empresas já estiveram na lista da antiga Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema) entre as 155 indústrias prioritárias para fiscalização sistemática e controle em toda a baía de Guanabara, em função de suas atividades potencialmente poluidoras.

Contribuições e desafios para a gestão coletiva dos bens comuns

Entendida como um bem comum, a água não é propriedade de ninguém. Ela é de todos, porque é inconcebível viver sem ela. É, assim, um direito coletivo, que deve ser gerido e cuidado por todos para que continue existindo para todos. Todavia, nossa Constituição estabelece que a água é um bem comum de domínio da União ou dos estados e o acesso a esse bem é autorizado pela ANA ou por agências reguladoras estaduais, pela concessão de outorgas, obtidas mediante condicionantes. Já os municípios são responsáveis pelo saneamento ambiental.

A água é um direito coletivo e, como tal, deve ser gerido e cuidado por todos para que continue existindo para todos.

Em 2006 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH, 1997), que complementa a regulamentação do uso e da gestão das águas. Nele, os Comitês de Bacias Hidrográficas foram definidos como os organismos colegiados responsáveis por gerir os recursos hídricos em nível local, de acordo com a distribuição das bacias hidrográficas. A composição dos comitês é tripartite, assegurando a participação do poder público, dos chamados usuários (corresponde em geral às empresas que possuem outorga de uso da água, mas não somente, podendo incluir também associações de pequenos produtores e pescadores) e da sociedade civil. O objetivo é que todos os setores da sociedade interessados em água na bacia tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão.

No caso do Caceribu, rio que chama a atenção pelo impacto negativo de degradação e pela ausência de políticas de preservação, a gestão é feita pelo Subcomitê Leste da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara.

Diante dos dados brevemente discutidos, podemos constatar como tem sido (mal)tratado um importante bem comum do território. Evidencia-se o potencial risco de extinção da biodiversidade possibilitada pelas águas do rio e o risco de degradação não somente do rio Caceribu, mas dos demais corpos hídricos, bens comuns naturais tão importantes à vida daquela região que precisam ser urgentemente recuperados e preservados.

Cabe um rigoroso e constante controle social da cidadania ativa, demandando investimentos na ampliação da rede de esgoto e no tratamento adequado do esgoto produzido, bem como a fiscalização e punição de empresas poluidoras das águas dos rios e mananciais de água.

Considerando que os bens comuns não são comuns em si mesmos, mas são socialmente tornados comuns, é fundamental que a cidadania ativa garanta o caráter de comunidade da água, um direito da coletividade. ▀



Referências

ECOLOGUS-AGRAR. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro, 2005. 190p.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos para a biocivilização. Rio de Janeiro: Ibase, 2011.

_____. “Água: um bem comum”. Seminário Sustentabilidade – Múltiplos Olhares: Água e Saneamento & Resíduos Sólidos. Duque de Caxias: Museu da Ciência e Vida; Fundação CECIERJ, 2012.

_____. “Bens comuns e indicadores de cidadania”. Revista Trincheiras. Rio de Janeiro: Ibase, 2015.

HELDER, C. Subsídios para gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Macacu, São João, Macaé e Macabu. Rio de Janeiro: SEMA, 1999.

INCID/IBASE. O direito à água na Área de Atuação do Incid. Rio de Janeiro: Ibase, 2016 (no prelo).

INSTITUTO BAÍA DE GUANABARA. Nossos rios. Rio de Janeiro, 2002.

ROBERTO, Douglas Mendes. Diagnóstico da hidrografia da Estação Ecológica da Guanabara e Região. Rio de Janeiro: Ecomek, 2009.

Debates

- 1 Os impactos e os atingidos no Espírito Santo pela ruptura da barragem de rejeitos da Samarco

Cristiana Losekann

- 2 O rio São Francisco não bate mais no mar

Altair Sales Barbosa

- 3 A tragédia do rio Paraíba do Sul

Arthur Soffiati

Água: bem comum, direito de todos

Trincheiras quer debater neste número o tema água como bem comum. O Brasil dispõe de uma rara fartura desse recurso natural, que vem se tornando escasso e precioso em todo o mundo. Mas, em vez de preservar e valorizar a água, o Brasil vem destruindo sistematicamente seus rios, lagoas e mares. Convidamos três especialistas para falar de três importantes rios brasileiros que vêm sofrendo de forma particular: o Doce, em Minas Gerais; o Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro; e o São Francisco, que passa por cinco estados e, como os outros, está em risco.

Em 5 de novembro de 2015 o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana (MG) matou 19 pessoas e destruiu o distrito mineiro de Bento Rodrigues. Segundo um estudo da Bwoker & Associates, consultoria norte-americana de gestão de riscos, esse é o maior desastre desse tipo nos últimos cem anos em todo o mundo. Foram despejados entre 50 e 60 milhões de metros cúbicos de lama tóxica no rio Doce, que deu nome à Vale (antiga Vale do Rio Doce). Isso representa quase a soma dos dois outros maiores desastres desse gênero já registrados, ambos nas Filipinas, um em 1982 e outro dez anos depois. Além da enorme quantidade de lama despejada, o alcance da tragédia também bateu recordes. Até agora, a água contaminada já alcançou mais de 600 quilômetros, destruindo tudo o que havia pela frente.

Mais de cem dias depois da tragédia, a mineradora Samarco e suas controladoras, a Vale e a australiana BHP Billiton, fogem da responsabilidade. Pela segunda vez, entram com uma representação pedindo prorrogação do prazo para depositarem os R\$ 20 bilhões de indenização estabelecidos pela União e pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Os recursos deveriam estar sendo depositados em um fundo para a recuperação do meio ambiente e a reparação dos danos socioeconômicos causados. Cinicamente, a Samarco colocou no ar, em TV aberta, um anúncio, com a “voluntária” participação de seus funcionários, na tentativa de melhorar sua imagem. O efeito foi a revolta dos cidadãos brasileiros. A única punição que a Vale recebeu até agora foi do mercado: suas ações caíram 4% – pouco, em comparação com quem não tem mais onde morar, onde pescar, como plantar, como viver. Nada, se comparado aos estragos, ainda sem previsão de quando e se poderão ser revertidos.

É o que Cristiana Losekann, doutora em ciência política e professora da Universidade Federal do Espírito Santo, nos mostra no primeiro artigo da seção Debates: “Os impactos e os atingidos no Espírito Santo pela ruptura da barragem de rejeitos da Samarco”. Ela integrou uma das expedições técnicas que estão acompanhando o desastre no local e conta como ele afetou a vida de quem depende do rio. Para ela, a legislação ambiental precisa ser reavaliada para que se consiga gerir os recursos hídricos com responsabilidade e inteligência.

No segundo artigo, Altair Sales Barbosa, doutor em antropologia e pesquisador do CNPq, faz uma radiografia do rio São Francisco, que atravessa 521 municípios brasileiros ao longo de seus quase três mil quilômetros e tem capacidade de fornecer água para abastecimento e produção de energia, está sendo assassinado aos poucos. Desvios, aterros, devastação das matas ciliares e retirada da cobertura vegetal natural do cerrado são alguns dos fatores que vêm impactando o ecossistema que garante a vida do São Francisco. Além disso, o processo de

desaparecimento dos seus alimentadores hidrográficos vem acontecendo rapidamente, acelerando os danos ao “Velho Chico”.

Para finalizar, o historiador ambiental e doutor em história social Arthur Soffiati assina o artigo “A tragédia do rio Paraíba do Sul”. O militante e pesquisador da UFF-Campos (RJ) mostra como, ao longo dos anos, o rio que hoje é o responsável pelo abastecimento de água do Rio de Janeiro foi sendo degradado. A erosão de suas margens começou ainda em 1815, quando as matas eram derrubadas para obtenção de lenha e madeiras nobres e para a abertura de áreas destinadas à agricultura e à pecuária. Depois da economia rural, que ocupou quase todas as terras com lavouras e pastos, vieram a urbanização e a industrialização, acarretando também poluição. Isso sem contar os eventuais vazamentos de rejeitos: foram quatro desde 1980. Além disso, a bacia do Paraíba do Sul vem sofrendo com aterramentos, o despejo de esgoto in natura em suas águas, a introdução de espécies de peixes estranhas, enfim, todo tipo de desrespeito a esse ecossistema.

Esses são apenas três dos muitos exemplos que poderíamos ter escolhido para representar o descaso e a irresponsabilidade com que este precioso bem comum – a água – vem sendo tratado no Brasil.

Boa leitura! ♥



O rio Doce está morto. Ainda é impossível prever quanto tempo levará para que os metais pesados deixem de contaminar sua água e toda a vida que depende dela; Foto: Halley Oliveira

Os impactos e os atingidos no Espírito Santo pela ruptura da barragem de rejeitos da Samarco

Cristiana Losekann

Doutora em ciência política e professora na Universidade Federal do ES

Novembro de 2015 ficou marcado pela maior tragédia ambiental do Brasil. Um desastre de grandes magnitudes causado pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco situada no município de Mariana, no estado de Minas Gerais. Quando analisamos as consequências desse desastre, fica evidente a necessidade de se repensar a definição dos impactos ambientais, quem são os atingidos e como se constituem os atores legitimados a atuar nos processos de mediação que têm lugar por ocasião de um desastre como esse.

A extensão dos impactos desse desastre é impressionantemente longa e difusa, e vai muito além da área de influência que havia sido definida no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) dessa barragem, incluindo o estado vizinho, o Espírito Santo. A partir de uma observação *in situ* dos impactos socioambientais reais da lama de rejeitos da Samarco nesse estado, realizada junto à equipe do Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, elaboramos um relatório [1] que serve de base para as presentes reflexões.

A legislação ambiental e seus limites

A legislação ambiental brasileira define impacto ambiental como a “alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas” e inclui aspectos humanos e sociais nas dimensões de afetação (Resolução Conama n. 1, de 1986), apresentando

contornos restritos nos aspectos socioambientais. O debate sobre conflitos ambientais já enfatizou amplamente os limites da legislação e as deturpações do sistema de licenciamentos ambientais, que se configuram no descumprimento da legislação e que, embora tenha limitações, prevê instrumentos de garantia da participação dos atingidos no processo (Zhou, Laschefski e Paiva, 2005).

Além dos vícios na aplicação da lei em geral, os aspectos sociais são tratados por órgãos ambientais, sobretudo como questões “antrópicas” ou questões “socioeconômicas”. O uso de categorias próprias das ciências sociais quase não aparece e, portanto, mesmo que se possam incluir aspectos culturais ou psíquicos em categorias como “bem-estar da população” ou “atividades sociais e econômicas”, para dar alguns exemplos presentes na legislação, no uso efetivo dessas categorias esses aspectos ainda são negligenciados e prevalece uma perspectiva de “hazards”. Segundo Valencio, “a teoria dos hazards enfatiza uma abordagem geográfica, na qual os mecanismos físicos, a distribuição temporal e espacial e a dinâmica de eclosão dos eventos físicos têm maior peso, enquanto a teoria dos desastres, construída desde uma abordagem sociológica, enfatiza as considerações sobre a organização social complexa e o comportamento coletivo” (2014, p. 3.632).

O espaço para a participação, e mesmo para a autoidentificação dos sujeitos atingidos, é praticamente inexistente e tem ficado restrito às audiências públicas, que têm cumprido mais uma função de arena do que de espaço de exposição de conflitos e de decisão. E o maior valor desses espaços é expor os conflitos. Assim, a forma como órgãos ambientais e especialistas operam com as categorias presentes na lei impõe um sentido bastante restrito aos impactos ambientais.

Os (diversos) impactos socioambientais observados no Espírito Santo

A dimensão social dos impactos é muito mais ampla. Embora eles sejam bastante difusos, não meramente quantificáveis, se dermos uma atenção mínima à fala das pessoas, já é possível constatar vários outros efeitos causados pelo desastre que escapam às categorias previstas nos protocolos do licenciamento ambiental e quem vêm norteando as medidas de avaliação e reparação dos danos desse desastre.

No Espírito Santo, a escassez de água, que afetou principalmente o município de Colatina, gerou um verdadeiro caos social em função da inabilidade na elaboração do plano de distribuição da água. Além da falta d’água em si, ocorreram graves situações de conflito e desagregação na sociedade, que culminaram com a interferência de pelotões especiais da polícia e das Forças Armadas. Os efeitos da escassez d’água se propagam ainda na abertura desesperada de poços artesianos em várias localidades, sobre cujos impactos só saberemos no futuro.

Já a contaminação da água inviabilizou a pesca de todas as comunidades ribeirinhas ao longo do rio Doce. Todos os pescadores tiveram suas atividades interrompidas. Mas, como dissemos antes, a lama foi longe, chegou ao mar, e inviabilizou a pesca no distrito de Regência e arredores. Além disso, outras atividades ligadas à pesca, como a produção de redes, anzóis, gelo, frigoríficos etc., foram inviabilizadas.

O medo se instaurou nas comunidades. Os pescados estão encalhados, ninguém quer comprá-los. A falta de informação, a exposição despreparada do tema pela mídia, o silêncio das autoridades, tudo isso alimentou a formação de um estigma que começa a se tornar evidente. Muitas pessoas já reclamam que ninguém quer comprar verduras, legumes ou qualquer coisa minimamente relacionada à água que venha da região. Assim, além das lavouras, que estão, de fato, sendo perdidas, pois muitos ribeirinhos dependiam da água do rio para a irrigação, outros produtores sentem os impactos da queda das vendas.

Pelo menos três praias da região estão interditadas em plena época de férias de verão. O surf e outros esportes aquáticos foram inviabilizados e a lama afetou, ainda, o turismo peculiar de Regência (de pequeno porte e familiar). As crianças não podem mais brincar no rio. Em alguns lugares, como na comunidade de Maria Ortiz, o único lugar de lazer era o rio, já que a vida acontece num apertado espaço entre os trilhos do trem da mineradora Vale, que passa a cada dez minutos carregado de minério de ferro, a céu aberto, e o rio Doce, agora cheio de rejeitos.

O peso da tragédia sobrecarrega ainda mais as mulheres. Multiplicam-se os relatos de violência doméstica, muitos deles em função do aumento de casos de alcoolismo entre os homens. Além disso, violações de diversos direitos também foram observadas, como a truculência da polícia diante dos vários protestos que têm ocorrido.

Se os impactos em geral precisam ser pensados de forma mais ampla e envolvendo a própria comunidade atingida, incluindo a dimensão emocional, cultural e das dinâmicas políticas pré-existentes, é importante também observar como os atingidos reagem, resistem e constroem politicamente suas mobilizações.

Os atingidos e a legitimidade dos atores

Os processos de mobilização de afetados por grandes empreendimentos extrativos são sempre complexos. Para compreendê-los, é necessário matizar a análise e construir diferenciações que nos permitam apreender tal complexidade. Podemos entender inicialmente que, nesses contextos, existem os “afetados em si” (não necessariamente mobilizados ou autoidentificados enquanto tal), os “afetados mobilizados” e os “mobilizadores de afetados”.

A diversidade organizativa pré-existente nos territórios afetados pelo desastre é grande. Há associações civis, mas também grupos que se identificam como

As crianças não têm mais onde brincar em Maria Ortiz, comunidade que fica numa estreita faixa entre os trilhos da Vale e o rio Doce. Os trens passam a cada dez minutos carregados de minério a céu aberto e o rio está cheio de rejeitos.

Os pescados estão encalhados, ninguém quer comprá-los. Ninguém quer comprar verduras, legumes ou qualquer coisa minimamente relacionada à água e que venha da região.

comunidades tradicionais que se organizam por meio de outros desenhos. É necessário, portanto, expandir o olhar para os variados atores e coletivos. Alguns grupos e indivíduos já vinham se mobilizando no Espírito Santo e em Minas Gerais em torno do enquadramento de “afetados” pela atividade de mineração, petróleo e gás. Contudo, tendo em vista a magnitude dos territórios atingidos, certamente a maior parte das pessoas não estava engajada como “atingida” antes desse desastre.

Em uma situação imprevista, como em um desastre abrupto, o enquadramento de atingido leva um tempo para ser constituído entre os sujeitos, pois essa nova condição surge repentinamente e afeta diferentemente as pessoas, atravessando suas identificações pré-existentes. O desastre não é, por si, um amálgama que reúne as pessoas, alguns talvez nem percebam o quanto estão sendo afetados pela lama de rejeitos.

Tendo em vista esses aspectos, é fundamental que atores mobilizadores possam atuar junto aos vários grupos atingidos. Não se pode negligenciar movimentos sociais importantes que vêm, de longa data, atuando nas causas de atingidos, como é o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que surgiu formalmente na década de 1980 para articular e organizar a defesa das pessoas atingidas por barragens hidrelétricas.

A Samarco tem reivindicado a prerrogativa de definir quem são os atingidos. A prática é comum entre as mineradoras: elas escolhem algumas lideranças locais e realizam negociações em reuniões fechadas.



Graças à decisão do governo federal, caberá a uma fundação liderada pela Samarco a reparação da tragédia. A empresa escolhe quem serão os “atingidos”; Foto: Halley Oliveira

No atual desastre, o MAB tem sido sistematicamente impedido de participar de reuniões com a Samarco e auxiliar os atingidos. Isso vem ocorrendo em Minas Gerais e no Espírito Santo. Além disso, a própria Samarco tem reivindicado a prerrogativa de definir quem são os atingidos. Em uma reunião realizada em dezembro de 2015 na comunidade ribeirinha de Mascarenhas, em Baixo Guandu, no Espírito Santo, a empresa bloqueou a entrada de um integrante do MAB e dos jornalistas que o acompanhavam. Nesse episódio, repete-se uma prática comum no relacionamento das empresas mineradoras com as comunidades atingidas: elas escolhem algumas lideranças locais e realizam negociações em reuniões fechadas.

Ora, eliminar os atores mobilizadores dos processos de negociação e debate entre empresa e afetados é um erro gravíssimo – e uma estratégia desleal – que desconsidera as formas como se constituem os processos de ação coletiva, cujos efeitos recaem evidentemente sobre o lado mais fraco. Reconhecer a importância da participação de atores mobilizadores já constituídos não significa esvaziar a potência política dos sujeitos atingidos nas suas individualidades. Tal como sugeriu James Scott (2003), para além do discurso público que explicita as relações de poder e torna os enfrentamentos visíveis, existe um discurso oculto, uma infrapolítica dos subordinados que precisa ser considerada, sob pena de acharmos que a dominação é simplesmente aceita pelos subalternizados.

A articulação entre uma dimensão oculta e outra pública no discurso político necessita, no entanto, da participação da multiplicidade de atores já constituídos e em constituição, para que as situações de injustiça ambiental geradas sejam articuladas em discursos transformadores das condições de vida desses sujeitos. Pois bem, tudo que já conhecemos das práticas das empresas do setor de mineração nos mostra que é exatamente isso que elas buscam evitar.

As estratégias de atuação da empresa

A forma de relacionamento da empresa com as comunidades gera fragmentação, na medida em que ela individualiza os contatos com a comunidade e desconsidera a complexidade organizativa local, escolhendo alguns atores para se relacionar. A tese defendida recentemente por Pinto (2015) já se constitui uma referência no tema. Nela fica claro que a gestão de riscos sociais conta com estratégias de mapeamento e neutralização de atores sociais críticos às empresas. A autora observa que são claras as intervenções estratégicas que buscam cooptar lideranças ou utilizar conflitos locais para produzir desconfiança e insegurança nas relações sociais locais.

Em uma comunidade ribeirinha visitada, ouvimos sobre um agente de saúde que faz a intermediação entre a empresa e a comunidade, selecionando pessoas que supostamente entrariam em programas de benefícios da empresa. Mães relataram com indignação que algumas crianças foram registradas em uma espécie de cadastro, enquanto outras não: “Ele pede à filha dele para sair com uma prancheta e ir pegando alguns nomes de crianças”.

Na distribuição da água também se institui essa relação. Algumas pessoas receberam água, outras não. Algumas receberam mais, outras,

menos. É preciso levar em conta que, em uma situação de precariedade material, qualquer coisa pode se transformar em recurso a ser disputado. Esse padrão de interação gera rivalidade por recursos, ressentimentos e desconfiança entre as pessoas, ambiente que desfavorece a construção da ação coletiva e o surgimento de organizações fortes nos territórios afetados.

Na foz do rio Doce, a empresa contratou muitos pescadores para tarefas de contenção da lama e retirada dos animais mortos. Uma moradora nos contou que eles saem às 5 horas da manhã e precisam ficar todo o dia nas máquinas que trabalham na foz do rio, monitorados por câmeras de vigilância. Há uma quebra na rotina, que já não permite mais encontros e conversas em espaços públicos habituais – espaços fundamentais para trocar ideias, formar opinião e construir a ação coletiva.

Além disso, há uma imensa assimetria entre os atores em relação: de um lado, uma comunidade fragmentada, de outro, uma grande empresa transnacional. Em um contexto desses, é fundamental que grupos organizados, que já

enfrentaram situações similares de desastres, que conhecem as estratégias das empresas e que discutem em uma ampla esfera pública temas como os da mineração e das barragens, possam atuar em conexão com os sujeitos atingidos. Isso, claro, respeitando suas singularidades locais, colaborando para que as medidas de reparação dos impactos sejam colocadas em termos de direitos amplos, que foram violados pela empresa, e complexificando também as definições instituídas das legislações existentes.

Graças à decisão do governo federal, caberá a uma fundação liderada pela Samarco a reparação da tragédia. A empresa escolhe quem serão os “atingidos”.

Por fim, em um sentido mais amplo, os movimentos sociais constituídos têm também uma importante contribuição na superação da invisibilidade das injustiças sofridas pelos afetados e na articulação de uma explicação política para essas situações. Eles têm o papel de introduzir, de forma contundente, o tema da mineração e demais grandes projetos de desenvolvimento nas agendas políticas nacionais e na agenda política global. Eles se constituem, no momento atual, no único caminho para isso, já que os atores estabelecidos da política são os fomentadores desse modelo de desenvolvimento. Os movimentos sociais têm, portanto, o grande desafio de conquistar amplamente a opinião pública, fazendo com que o sujeito que mora nas áreas urbanas dos grandes centros, a classe média, perceba os impactos que a mineração causa para comunidades distantes, formadas por grupos que dependem da interação com a natureza, do rio, dos peixes ou da pequena produção agrícola e que são altamente impactados. ▀

Referências

[1] Verifique o relatório pelo link https://issuu.com/organon2016/docs/relat_rio_preliminar_de_impactos_s/1

BRONZ, D.; FRAIMAN, R. “Grupos de interés: análisis crítico sobre el establecimiento del método en la gestión empresarial de los grandes proyectos industriales del Brasil”. Análisis Organizacional. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, v. 1, 2009, pp. 10-31.

PINTO, R. G. Dos riscos da política às políticas do risco: um estudo sobre os “riscos sociais corporativos” e suas formas de gestão (tese de doutorado). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.

RESOLUÇÃO CONAMA N. 1, de 23 de janeiro de 1986. Publicada no DOU de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, pp. 2.548-2.549.

SCOTT, J. C. Los dominados y el arte de la resistencia. Cidade do México: Ediciones Era, 2003.

VALENCIO, N. F. L. S. “Desastres: tecnicismo e sofrimento social”. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, set. 2014, pp. 3.631-3.644.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. M. T. “Uma sociologia do licenciamento ambiental. O caso das hidrelétricas em Minas Gerais”. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (orgs.). A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, pp. 89-116.



Foto: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O rio São Francisco não bate mais no mar

Altair Sales Barbosa

Doutor em Antropologia,
Pesquisador do CNPq

Riacho do Navio corre p'ro Pajeú

*O rio Pajeú vai despejar
no São Francisco*

*O rio São Francisco vai
bater no mei' do mar*

Luiz Gonzaga

O atual projeto de transposição das águas do rio São Francisco está previsto para ser totalmente finalizado em 2017. Quando as bombas sugadoras instaladas em Cabrobó e Itaparica estiverem funcionando a todo vapor, o sistema hidrográfico da bacia do São Francisco, formado por rios senis, será afetado drasticamente. As consequências da transposição serão danosas e, num curto espaço de tempo, levará à morte a maioria dos afluentes do “Grande Chico”, incluindo o próprio rio. Isso acontecerá porque, com a dinâmica alterada, o transporte de sedimentos arenosos aumentará de forma assustadora, gerando, entre outras consequências, o assoreamento, já que a maioria dos afluentes do São Francisco corre por áreas da formação Urucuia, cuja característica principal é a ocorrência de um arenito frouxo.

A transposição, da forma como se nos apresenta, aumentará também a velocidade dos rios na sua calha principal, o que provocará, em todos os afluentes, o fenômeno denominado “sugamento” dos aquíferos, que aumentará a velocidade de passagem da água para alimentar os rios, agora mais velozes, desde seus cursos superiores. O sugamento funcionará como um aspirador, retirando a última “poeira” (os sedimentos arenosos) dos cantos de alguns aposentos que alguém esqueceu de limpar. Vamos entender o que vem acontecendo ao rio São Francisco há tempos.

O bioma cerrado, adequadamente denominado Sistema Biogeográfico do Cerrado, ocupa, desde a aurora do Cenozoico, a parte central da América do Sul e também recebe o nome “berço das águas” ou “cumeeira do continente”, pois é distribuidor das águas que alimentam as grandes bacias hidrográficas sul-americanas. No cerrado encontram-se três grandes aquíferos, responsáveis pela formação e alimentação de rios continentais. O aquífero Guarani alimenta a bacia hidrográfica do Paraná, além de abastecer alguns formadores que vertem para a Bacia Amazônica. Já os aquíferos Bambuí e Urucuia são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram a bacia do São Francisco e as sub-bacias hidrográficas do Tocantins, do Araguaia, além de outras tantas situadas na abrangência do cerrado. Esses três grandes aquíferos, armazenados nos lençóis artesianos, se intercalam na parte central dos chapadões do continente sul-americano, formando lagoas e olhos d’água, conhecidos como “águas emendadas”, que tomam as direções norte, sul, leste e oeste do continente. Essas direções estão condicionadas à estrutura geomorfológica que caracteriza cada espaço, definindo e delimitando as bacias e sub-bacias hidrográficas. Dos planaltos do centro da América do Sul brotam águas responsáveis por alimentar o rio Amazonas por sua margem direita. Das entranhas dos arenitos de idades mesozoicas, brota a grande maioria das águas da imponente bacia do Paraná, que verte para o sul do continente. Do alto da serra da Canastra, juntando águas oriundas da formação Urucuia e águas retidas nas galerias do calcário Bambuí, as águas do São Francisco correm em direção ao nordeste do Brasil. Além dessas imponentes bacias hidrográficas de dimensões continentais, é no cerrado que brotam águas que dão origem a bacias hidrográficas independentes de grande importância regional. Algumas são tão fenomenais que formam acidentes únicos, como a bacia do Parnaíba, que nasce na chapada das Mangabeiras, alimentada com águas oriundas do Urucuia, situado no cerrado do Jalapão, localizado no estado do Tocantins. Apesar de suas dimensões serem bem menores que as anteriores, ela é responsável por transportar um grande volume de sedimentos por vasta área do litoral norte do Brasil. Esses sedimentos acabam por formar dunas, lagoas, os Lençóis Maranhenses, os Lençóis Piauienses e se estendem até Jericoacoara, no Ceará. No encontro com o oceano Atlântico, formam o delta do Parnaíba, tão complexo e, ao mesmo tempo, impressionante que está entre os maiores do Planeta. Outro exemplo importante refere-se à sub-bacia do rio Gurgeia, situada no cerrado piauiense, responsável pela irrigação de uma vasta área e pela formação dos poços jorrantes. Essas águas afloram com tanta pressão que atingem vários metros de altura. Nesse contexto, podem ser incluídas outras bacias, tais como a do rio Doce e a do rio Jequitinhonha, cujas nascentes provêm do aquífero Bambuí.

Os afluentes que abastecem o Rio São Francisco estão morrendo a cada hora. Alguns já desapareceram para sempre.

Pequena radiografia

O rio São Francisco nasce no cerrado de Minas Gerais, na serra da Canastra, e percorre mais de 3 mil quilômetros até sua foz. Ao longo desse percurso, vai engrossando suas águas, principalmente com seus afluentes da margem esquerda, que formam as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande. Todos esses rios e seus alimentadores menores estão morrendo a cada hora que passa. Alguns já desapareceram para sempre. Isso acontece porque os dois grandes aquíferos que fazem o São Francisco brotar e o alimentam ao longo de seu percurso estão secando. Para entender esse fato, é necessário recuar no tempo pelo menos 45 milhões de anos.

Foi nessa época que o cerrado adquiriu suas feições atuais: a vegetação adquiriu um sistema radicular complexo e começou a reter a água das chuvas que caíam principalmente nos chapadões do noroeste de Minas e oeste da Bahia, Distrito Federal e nordeste goiano. Primeiro, essas águas ficaram armazenadas nas rochas decompostas que formavam o lençol freático. Depois, pela abundância, se infiltraram pelas brechas das rochas do subsolo e se acomodaram nos lençóis profundos. No Bambuí, essa água, após atravessar a formação Urucuia, que é arenosa, se armazenou nas imensas galerias comuns às formações calcárias. Assim, com o tempo, a água foi formando grandes reservatórios, que se acomodavam entre os poros do arenito.

Quando os aquíferos retiveram água suficiente, ela começou a brotar na forma de nascentes, principalmente nas testas da serra, e na forma de pequenas lagoas, nas áreas aplainadas, formando as veredas. Com o tempo, as águas, como lágrimas milagrosas, começaram a descer em direção a leste, encontrando a calha do seu condutor mor, o rio São Francisco. Assim, ao longo dos rios, surgiam lagoas e banhados que se multiplicavam em grande quantidade.

Na realidade, os afluentes da margem esquerda são os principais responsáveis pela perenização do rio São Francisco e por sua oxigenação – em última instância, por seu nascedouro e sua existência. A água armazenada nesse grande espaço geográfico abrange desde a serra da Canastra, ao sul, até a chapada das Mangabeiras, ao norte, e se limita a oeste pelo Espigão Mestre, que separa Goiás e Tocantins de Minas e Bahia. Nos chapadões formados a leste do Espigão Mestre existem grandes depósitos de arenito, que constituem a formação geológica Urucuia, de idade cretácea, formada entre 140 e 65 milhões de anos. A formação Urucuia repousa sobre a formação Bambuí, calcário da época pré-cambriana e paleozoica inicial, com idade média de 1 bilhão de anos. Essas duas formações geológicas armazenam águas que formam dois grandes aquíferos, responsáveis pelas águas que fazem jorrar a nascente do São Francisco e de todos os seus afluentes da margem esquerda, que, em função de seções geomorfológicas, estão agrupadas em dois grandes conjuntos.

O primeiro se situa desde a serra da Canastra até a serra da Capivara, na fronteira entre Minas Gerais e Bahia. O segundo se situa desde essa serra até os contrafortes da chapada das Mangabeiras, na fronteira entre Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão. Entre os rios do primeiro conjunto, se destacam o Abaeté, Paracatu, Urucuia e Pardo. A partir da Serra da Capivara, um aglomerado de capilares hidrográficos forma importantes rios, como o Carinhanha, que deságua diretamente no São Francisco, além de uma série de outros importantes, como Pratudão, Pratudinho, Arrojado, Correntina, do Meio, Guará etc., que, nas proximidades de Santa Maria da Vitória, se juntam, dando origem ao rio Corrente, que deságua no São Francisco, nas proximidades de Bom Jesus da Lapa.

Grande parte dos rios é temporário, dependentes das chuvas e da vegetação. O rio das Velhas, permanente, despeja todo o esgoto de Belo Horizonte no São Francisco.

Mais ao norte, descendo desde o Jalapão, outro grande conjunto de inúmeros capilares aquosos dá origem ao rio Grande, que deságua diretamente no São Francisco. Todos esses rios são perenes e, até cerca de trinta anos atrás, o volume era no mínimo cinco vezes maior que o volume atual. A partir da década de 1970, as áreas dos chapadões, onde se situam as nascentes e os cursos médios desses rios, passaram a sofrer grandes transformações, com a retirada da cobertura vegetal natural para a produção de grãos e outras plantas exóticas, que impediu realimentação normal dos aquíferos, contribuiu para o desaparecimento de inúmeros afluentes menores e a diminuição drástica do volume dos cursos maiores.

A maior parte dos afluentes da margem direita do rio São Francisco é formada por rios temporários, que costumam desaparecer na estação seca. Eles dependem das águas armazenadas no fino lençol freático, que repousa sobre rochas não porosas que constituem o cráton do São Francisco. O lençol freático, por sua vez, depende das chuvas e da vegetação. Portanto, o desmatamento, associado a um período de estiagem prolongada, o afeta totalmente. Seu rio mais importante, o Rio das Velhas, é permanente, mas carrega todo o esgoto de Belo Horizonte para o São Francisco.

Dinâmica evolutiva do cerrado

De todos os ambientes atuais, o cerrado é considerado o mais antigo na história recente da Terra, com cerca de 65 milhões de anos. Esse ambiente é especializado e já atingiu seu clímax evolutivo, ou seja, uma vez degradado, não consegue mais recuperar toda a sua biodiversidade. O cerrado tem cerca de 13 mil espécies vegetais no bioma, mas, para produção em viveiros, o conhecimento atual permite a produção de no máximo duzentas espécies. As pesquisas da biotecnologia sobre produção de mudas nativas in vitro têm alcançado poucos resultados positivos. Portanto, falar em revitalização do cerrado com plantas nativas é uma falácia.

A retirada da cobertura vegetal natural tem influenciado a própria vida do São Francisco, já que ele depende de fatores ecológicos extremamente complexos e interdependentes. O processo de desaparecimento dos seus alimentadores está acontecendo num ritmo muito acelerado em função desse fator. O raciocínio é simples: a água das chuvas era absorvida em grande parte pela vegetação nativa, que alimentava os aquíferos, que, por sua vez, faziam suas descargas nos declives e áreas baixas, formando os rios.

O que aconteceu com a vegetação também ocorre com os animais, incluindo insetos polinizadores, em franco processo de extinção.

É como um imenso reservatório, assemelhando-se a uma grande caixa d'água com vários furos enfileirados de cima para baixo. Quando o reservatório estava cheio, a água jorrava por todos os furos. À medida que o nível vai baixando, a água que anteriormente jorrava dos furos superiores deixa de correr. Esse fenômeno é conhecido como migração de nascentes. A migração das nascentes provoca o desaparecimento de

pequenos cursos d'água no início, mas, à medida que o processo se acentua, os cursos maiores são afetados até desaparecerem totalmente. Vez em quando, vão ocorrer cheias estrondosas, provocadas ciclicamente por fenômenos naturais, como El Niño e La Niña, mas isso não significa que o rio tenha ressuscitado; trata-se de fenômenos efêmeros, provocados por enxurradas resultantes de chuvaradas que se deslocam pelos antigos caminhos das águas.

[1] Sistema de irrigação mais utilizado no Brasil, em que uma área circular é projetada para receber uma estrutura suspensa que, em seu centro, tem uma tubulação. Dessa tubulação sai a água, que é borrifada sobre a plantação por um raio que gira em toda a área circular.

Como já mencionado, a substituição da vegetação nativa que ocupava os chapadões, capinas e tabuleiros por plantas dotadas de raízes sub-superficiais faz com que a água não infiltre como antes. Por serem culturas temporárias, elas colaboram com a perda de umidade do lençol freático, já que, parte do ano, o solo fica desnudo. Além disso, os pivôs centrais [1] são alimentados por poços artesianos, ou seja, além de não estarem sendo recarregados normalmente, a pouca água existente hoje nos aquíferos ainda é sugada para regar as grandes plantações, que não retêm o excesso dessa água, que acaba evaporando.

O que aconteceu com a vegetação também ocorre com os animais, incluindo insetos polinizadores, em franco processo de extinção. A fauna aquática do São Francisco, antes abundante e com variadas espécies de peixes, já não sacia a fome das populações ribeirinhas, e muito menos garante o comércio pesqueiro. Diante dessa situação, alguns defenderam programas de soltura de alevinos para que repovoassem os rios, só que a cadeia alimentar dos filhotes se inicia nas lagoas e matas ciliares, hoje degradadas. Sem ambientes capazes de produzir fitoplânctons, os peixes foram embora.

Pesquisa para produção

O governo federal incentivou pesquisas aplicadas visando à produtividade, disponibilizando verbas próprias e internacionais. Ficou demonstrado que, com muito insumo, a área dos chapadões teria potencial agrícola de dimensões grandiosas. Isso por ser uma das últimas reservas da Terra capaz de suportar, de modo imediato, a produção de grãos, cereais e a formação de pastagens e canaviais. Esse incentivo atraiu grandes investimentos, transformando significativamente a infraestrutura de

Foto: Otávio Nogueira



suporte. Esses fenômenos, em conjunto, têm provocado situações ecologicamente nocivas, com perspectivas preocupantes em nível regional e global.

A causa fundamental dessa situação pode ser creditada ao modelo econômico que se instalou, voltado para o lucro imediato, sem nenhuma preocupação com as questões globais do meio ambiente e o conhecimento necessário do funcionamento da ecologia do cerrado. Também pode-se associar a esse determinante a falta de ações integradas de pesquisa técnico-científica para o conhecimento holístico das interações ambientais existentes, que implica a ausência de propostas concretas de zoneamento ecológico, com ênfase socioeconômica e planejamento global do uso dos recursos naturais. Em suma, a pesquisa tem se voltado apenas para a produtividade, em nenhum momento visando à preservação.

A bacia do São Francisco, o cerrado e a desterritorialização

Não se poderia deixar de abordar um fenômeno social que, embora esteja ocorrendo em toda a área de cerrado do centro do Brasil, acontece de forma mais desumana na bacia do São Francisco. Trata-se do fenômeno denominado desterritorialização, fruto do incremento tecnológico e do avanço do capital e capaz de desestruturar e desabrigar comunidades inteiras.

A desterritorialização traz para a realidade atual a categoria dos sem (sem-terra, sem-teto, sem-emprego, sem-documentos etc.). Esse fenômeno acentua ainda mais a sensação e a condição de alienação das populações menos favorecidas. Expulsos de suas terras pelos poderosos por meio da compra e falsificação de títulos, os posseiros, em cujas posses não legalizadas viviam durante várias gerações, vão buscar abrigo nos centros urbanos ou nos postos de serviços implantados ao longo dos sistemas viários, que experimentam um repentino crescimento.

Nos centros urbanos, vão ocupar as periferias e as áreas mais impróprias para a habitação humana.

As comunidades, desestruturadas, também não encontram empregos estáveis, capazes de lhes oferecer uma melhor perspectiva de futuro.

Perdidos e carentes, num ambiente estranho, são presas fáceis das propagandas enganosas, estimuladoras do consumismo. Também se tornam reféns de uma indústria fonográfica que lhes impõe músicas que cantam e acentuam a situação de depressão e alienação. Economicamente impossibilitados de usufruir dos bens divulgados, muitos veem a própria existência perder a razão de ser e mergulham na neurose da fuga por meio de alucinógenos ou procuram obter bens materiais por meio de métodos que a sociedade organizada classifica como atos ilícitos. A desagregação da família, a prostituição infantil e a perda do amor pela vida são apenas algumas das consequências ditadas pelo desespero.

Entretanto, quem criou essa situação? Quem está fazendo sofrer este mundo, teria sido “Chico Bento, que não tem casa e dorme ao relento, ou seria José desesperado, que se encontra desempregado, ou quem sabe talvez Maria, tão pequenina, que passa fome desde menina?” (Helio Contreras).

A grande maioria sabe que não, mas parece cega, surda e muda, por isso **a missão de quem acorda mais cedo é despertar toda a aldeia.** ♥

A desagregação da
família, a prostituição
infantil e a perda
do amor pela vida
são apenas algumas
das consequências
ditadas pelo
desespero.



A tragédia do rio Paraíba do Sul

Arthur Soffiati

Historiador ambiental, pesquisador da UFF Campos (RJ), doutor em História Social, militante ambientalista, fundador do Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza (CNFCN)

Em Tratado descritivo do Brasil em 1587, Gabriel Soares de Souza revela seu fascínio pelos grandes rios do que mais tarde seria o Estado do Brasil. Ele aponta o Amazonas, o Parnaíba, o São Francisco e o da Prata como os mais expressivos, com capacidade de tornar doce a água do mar por vários quilômetros, tamanha sua vazão. Rios como o Capibaribe, o Doce e o Paraíba do Sul não merecem destaque nessa obra porque esses outros quatro grandes eclipsavam os menores. A sensação de Gabriel Soares de Souza e dos europeus era a de que o Brasil contava com uma natureza inexaurível. Daí a síndrome da inesgotabilidade que se desenvolveu durante a história do novo país.

No contexto hídrico do Brasil, o Paraíba do Sul era um rio de médio porte, muito comparado ao Reno pelos naturalistas europeus. No século XIX já se sabia muito bem que o rio nasce na serra da Bocaina, descreve uma curva de cerca de 180 graus, continua correndo em leito da zona serrana até alcançar terras da formação Barreiras e uma dilatada planície fluvio-marinha para se projetar no oceano Atlântico. Em 1945, Alberto Ribeiro Lamago explicou que o rio construiu pouco a pouco essa planície numa costa rasa, formando um delta.

Mais recentemente, quatro geólogos demonstraram que, 12 mil anos atrás, o Paraíba do Sul desembocava em terras de tabuleiro (bancos de areia que emergem na vazante). A linha da costa era então mais avançada no oceano do que atualmente. O nível do mar começou a subir e a invadir o vale do rio, que era baixo no seu trecho final, erodindo-o e alcançando a borda da zona cristalina. Cessada a invasão, o rio avançou pouco a pouco sobre o mar e formou

uma vasta planície fluviomarinha deltaica. Esse delta foi constituído pela ramificação do rio em dois subsistemas: o do rio Paraíba do Sul propriamente dito, com dois canais, e o da lagoa Feia, também com dois canais.

A bacia do Paraíba do Sul encontrada pelos europeus exibia então uma natureza exuberante. Ela corre num grande vale embutido entre a serra do Mar e a serra da Mantiqueira, confinando com a bacia do Rio Doce. O Paraíba do Sul, rio central da bacia, divide duas províncias botânicas. Na margem direita, a Mata Atlântica é densa por reter mais umidade proveniente do mar. Na margem esquerda, a Mata Atlântica se apresenta mais seca em função da redução da umidade. A formação da planície deltaica nos últimos 5 mil anos abriu uma imensa província para a conquista de formações vegetais nativas diversificadas, como a dos campos nativos, das restingas e dos manguezais.

No baixo curso do rio, formaram-se muitas lagoas, ocupadas por muitas espécies de peixe e outros animais. Certas espécies, como a lagosta de São Fidélis, por exemplo, migram da zona serrana baixa para a foz do rio a fim de desovar. Seus filhotes sobem depois até a zona cristalina, onde vivem. Em resumo, o complexo deltaico do rio é fundamental para a fauna terrestre

e aquática que habita a bacia, pois o processo de migração acima e abaixo é indispensável para sua existência.

A integração do Brasil numa economia mundial capitalista implicou a destruição dos ambientes nativos e a desagregação da economia indígena.

Os povos nativos que habitaram a bacia do Paraíba do Sul desenvolveram modos de vida ecologicamente sustentáveis, pois sua economia visava somente à subsistência, ou seja, a natureza era explorada para fornecer apenas o indispensável à vida, e não para auferir lucros. A chegada dos europeus não apenas capturou o Brasil para uma economia de mercado como soterrou a economia preexistente.

A integração do Brasil numa economia mundial capitalista, com centro na Europa ocidental, implicou profundas transformações ambientais, inclusive a destruição dos ambientes nativos e a desagregação da economia indígena. A mais antiga dessas transformações é a supressão das formações vegetais nativas da bacia, como, de resto, em quase todo o Brasil. Em 1815, o naturalista alemão Maximiliano de Wied-Neuwied ainda se encantava com as românticas florestas que ornavam a bacia do Paraíba do Sul, mas não se escandalizava com o desmatamento progressivo. A mata era derrubada para a obtenção de lenha e madeiras nobres e para a abertura de áreas destinadas à agricultura e à pecuária.

Sem floresta nas margens, pontos de recarga, nascentes e elevações, o processo de erosão se acentua. Os sedimentos carregados para o leito dos rios, em suspensão, provocam a turbidez da água. Depositados no fundo, produzem assoreamento. Nos dois casos, a fauna nativa sofre danos. Quem, hoje, examina um mapa de vegetação da bacia constata uma eliminação excessiva da vegetação nativa e uma ocupação descomunal das terras por lavouras e pastos.

Atrás da economia rural, veio a progressiva urbanização, que se acelerou com a industrialização. Tais atividades econômicas, desenvolvidas sob a égide do mercado, são poluentes. Os rios formadores da bacia sofrem atualmente forte poluição proveniente de esgotos urbanos e industriais. A agropecuária contribui também com fertilizantes químicos e agrotóxicos, que aceleram o processo de eutrofização (superalimentação das águas). Nos dois casos ocorre redução do oxigênio dissolvido e contaminação química dos cursos d'água, altamente prejudiciais à economia pesqueira.

O despejo regular de resíduos líquidos saturados de matéria orgânica, fósforo, nitrogênio e produtos químicos acarreta poluição crônica. O vazamento eventual de algum reservatório de rejeitos provoca poluição aguda. A Bacia do Paraíba do Sul sofreu quatro grandes acidentes desse tipo desde a década de 1980. O primeiro foi causado pelo rompimento de uma barragem de rejeitos da empresa Paraibuna Metais, quando cádmio, zinco e chumbo vazaram para o rio Paraibuna e chegaram até a foz do Paraíba do Sul, levando os municípios banhados pelos dois rios a suspender no trecho atingido a captação de água para abastecimento público em períodos distintos. A pesca foi muito afetada.

Em abril de 2003, o rompimento de uma barragem de rejeitos químicos da indústria Cataguazes de Papel, em Minas Gerais, contaminou os rios Pomba e Paraíba do Sul até sua foz. Em 2007, com o rompimento de um dique da mineradora Rio Pomba Cataguases, em Mirai (MG), mais um vazamento químico atingiu a bacia, dessa vez chegando ao Paraíba do Sul pelo Rio Muriaé, seu afluente. Lama misturada com bauxita e sulfato de alumínio chegou até o mar. No fim de 2008, ocorreu o pior acidente na bacia, com o derramamento de 15 mil litros de endosulfan, inseticida organoclorado, pela empresa agroquímica Servatis, em Resende. O produto derramado não se limitou a matar espécies aquáticas pela falta de oxigênio dissolvido. Tanto organismos aquáticos quanto animais terrestres morreram por envenenamento. Até mesmo no mar houve mortandade de animais.

Outro grande problema a afetar a bacia são as barragens para reservação de água, geração de energia elétrica ou ambas. Tais barragens formam lagos à montante que inundam terras com lavouras, pastagens e núcleos urbanos. Além de afetarem a vazão dos rios à jusante, as barragens dificultam ou impedem a migração de animais aquáticos e afetam a pesca. Tanto o rio principal da bacia quanto seus afluentes e subafluentes foram seccionados por barragens.

A bacia do Paraíba do Sul sofreu com quatro vazamentos de reservatórios de rejeitos desde a década de 1980.

Para reforçar o abastecimento público da cidade do Rio, foram construídos quatro reservatórios. O do Funil apresenta altos níveis de algas cianofíceas, fortemente tóxicas.

O que mais preocupa é o sistema criado para o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, cuja demanda, há muito tempo, não pode mais ser atendida pelos pequenos rios que descem do maciço da Tijuca. Os governos federal, estadual e municipal criaram um sistema complexo na retaguarda da represa de Santa Cecília, que retém água do Paraíba do Sul para a transposição de dois terços da vazão normal do rio para o Sistema Lajes-Guandu, de modo a atender as necessidades de água. Pode-se dizer que o rio Paraíba do Sul foi fragmentado em dois: o primeiro nasce na serra da Bocaina e desemboca na baía de Sepetiba pelo rio Guandu; o segundo começa na nascente do rio Paraibuna de Minas e segue pelo Paraíba do Sul até sua foz natural, entre os municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. Entre os dois, o Paraíba do Sul foi transformado numa simples vala de ligação dos dois segmentos do rio. Com a transposição de águas do rio para o complexo da Cantareira para ajudar no abastecimento da cidade de São Paulo, a tendência é o aumento da fragmentação. As transposições sempre representam risco para a integridade dos ecossistemas.

Para reforçar o abastecimento público da cidade do Rio de Janeiro, foram construídos os reservatórios de Paraibuna, Santa Branca, Jaguari e Funil. Este último apresenta altos níveis de algas cianofíceas, fortemente tóxicas. Entende-se que a cidade do Rio de Janeiro não tem outra fonte de abastecimento senão as águas do Paraíba do Sul, transpostas para o sistema Lajes-Guandu. A questão é que a poluição do Guandu precisa ser diluída com muita água antes da captação para tornar viável o tratamento. Se não fossem a alta poluição do Guandu e a captação de água pelas empresas que se instalaram em suas margens, as vazões transpostas poderiam ser reduzidas. A bacia deixou de ser um conjunto de ecossistemas associados para se tornar um aqueduto.

Sucede que essa transformação acarreta riscos. Uma bacia que vale apenas por sua capacidade de abastecimento e de geração de energia elétrica pode sofrer pane por altas e baixas vazões, ou seja, enchentes e estiagens. No todo ou em parte, a bacia está desregulada – sofreu enchentes destruidoras em 2007, 2008 e 2012, para mencionar apenas as mais recentes, e a mais profunda e longa estiagem, desde que os registros de vazão se tornaram sistemáticos, em 2014-2015; e ainda não saiu totalmente da zona de perigo.

Essa acentuada oscilação do regime hídrico deve-se ao grande desmatamento das terras drenadas pela bacia, pela irregularidade dos rios aéreos formados na Amazônia e pelos fenômenos climáticos globais extremos. Aliás, todos os rios das regiões Nordeste e Sudeste enfrentam esses problemas. Daí a procura desenfreada por água, que agrava mais ainda as condições já precárias das bacias.

Alterações do ecossistema

Outro problema, comum a outras bacias regionais, afeta a bacia do Paraíba do Sul: a introdução de espécies exóticas em suas águas. Essa introdução começou com o dourado, nos séculos XIX e XX. Essa espécie aclimatou-se ao novo ambiente, mas trouxe um dano permanente, que é o empobrecimento da biodiversidade. Mais recentemente foram introduzidos, casual ou propositalmente, a carpa, a tilápia e o bagre africano. Mencionam-se aqui apenas as espécies mais conhecidas. Elas são vorazes e competem com as espécies nativas. A bacia do Paraíba do Sul conta com sete espécies ameaçadas de extinção. As introduzidas concorrem para o aumento da lista e para a diminuição da atividade pesqueira.

Cabe ressaltar um problema particular à planície deltaica do rio. Essa planície é a maior do estado do Rio de Janeiro e, até o século XVIII, era um pequeno pantanal, se comparada com o de Mato Grosso. Sua formação nos últimos 5 mil anos deu origem

a incontáveis lagoas, sendo a Feia a maior delas. Canais naturais interligavam essas lagoas. Podem-se considerar os rios Imbé e Ururaí como uma espécie de cordão a ligar as pérolas das lagoas de Cima e Feia. Desta última fluía um rio, chamado Iguaçu, que alcançava o mar e vários canais naturais o ligavam ao Paraíba do Sul.

Algumas espécies exóticas introduzidas em suas águas são vorazes e competem com as espécies nativas.

No século XVII, os arautos da economia de mercado vislumbraram muitas riquezas a serem auferidas nessa

planície, mas o excesso de água era um fator limitante à agropecuária. Para a economia de subsistência dos povos nativos, o pantanal era um ambiente ideal, por fornecer alimentação abundante e outros recursos. Para os primeiros pescadores associados à colonização, idem. Sem contar com tecnologia para uma drenagem conveniente a ela, a agropecuária limitou-se a conquistar áreas possíveis. Entre 1688 e 1935, o imenso banhado sofreu poucos e superficiais atentados, como a abertura e limpeza de canais, ora pelos jesuítas, até sua expulsão do Império português, ora por civis.

Em 1935, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, depois Departamento Nacional de Obras e Saneamento, modificou profundamente a planície com a drenagem total ou parcial das lagoas, a geometrização dos canais naturais, a construção de diques e a instalação de comportas. Essa grande intervenção resultou em 1.450 quilômetros de canais, extensão essa ainda maior, se distendida, que a do próprio rio Paraíba do Sul. Seu objetivo foi atender à agropecuária.

Em termos de gestão de águas, a Agência Nacional de Águas é instituição regulatória para todo o país. Cada bacia hídrica deve contar com um Comitê de Bacia, que atua como parlamento de decisões, e com uma Agência de Bacia, órgão executor. Na bacia

Foto: EBC



do Paraíba do Sul existe um comitê central, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), e comitês locais. Como órgão executor, existe a Agevap. No âmbito do Ceivap, os três estados da Federação banhados pelos rios da bacia estão representados. As atividades econômicas têm 40% da representação, o poder público tem representação de 35% e as organizações civis têm direito a 25% de representantes. Na composição do Comitê não há paridade: o empresariado tem a maioria e a sociedade civil, a minoria. A pesca e a pequena produção agropecuária, culturalmente, não se habituam ao funcionamento de órgãos oficiais, com o agravante de que o domínio é do grande capital.

Minas Gerais é o estado que menos depende da bacia. O estado do Rio de Janeiro é o mais dependente, sobretudo sua capital. Pode-se dizer que São Paulo e Rio de Janeiro dominam o Comitê. O atual Plano de Bacia está sendo reelaborado. A direção a ser dada a ele é mais econômica do que ecológica e social.

Em face da crise hídrica que afeta principalmente as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, os três estados integrantes da bacia, atuando fora de um plano que ainda não está concluído, firmaram um acordo de gestão das águas, recentemente homologado pelo Supremo Tribunal Federal. No acordo, busca-se forçar os rios da bacia a atender essas duas cidades, que se tornaram ecologicamente insustentáveis para as bacias hídricas que exploram. ♥

O atual Plano de Bacia está sendo reelaborado, e a direção que está tomando é mais econômica do que ecológica e social.



Bloco APAFunk; Foto: Agência Brasil

REPORTAGEM

A “cultura do evento”

Pedro Martins

Jornalista do Ibase

Gastronomia, música, literatura, teatro, dança, cinema – essas são apenas algumas atividades da vida que relacionamos diretamente ao conceito de cultura. Entretanto, quando a discussão se aprofunda, percebe-se que, mais do que atividades isoladas, a cultura se articula com diversos outros elementos do cotidiano. Em outras palavras, a cultura está inserida e se estrutura na inter-relação de diversos aspectos sociais, sendo difícil pensar sua plena realização sem uma ligação estreita com questões como educação, circulação pelo território e o próprio direito à cidade.

Com isso, fica evidente que as narrativas e as políticas culturais estão permanentemente inseridas numa disputa política que define os rumos dos investimentos, mobilização social e, conseqüentemente, as políticas públicas para o setor. Uma definição que resume bem o foco principal dessa disputa foi feita pelo historiador Luiz Antônio Simas, como um jogo que coloca em lados opostos “a



Bloco APAFunk; Foto: Agência Brasil

cultura do evento e o evento da cultura”. No evento da cultura, a realização de qualquer atividade seria estruturada em um exercício cotidiano, ou seja, o evento seria o resultado de diversas relações que se dão em um território; enquanto que, na cultura do evento, este seria algo isolado, com um fim em si mesmo, não estando ligado a práticas daquilo que foi e será produzido. Essa oposição, porém, não pode ser vista de forma maniqueísta, como se só um dos elementos devesse ser viabilizado, ou como se eventos que não têm relação com as práticas do cotidiano não pudessem ser produzidos e apoiados por políticas públicas. O que se deve refletir quando se faz esse tipo de separação é sobre quais deveriam ser as prioridades das políticas públicas e quais elementos deveriam contar com mais apoio.

Vale ressaltar que o cenário de disputa político-cultural não é algo isolado do restante da conjuntura política. Especialmente no Rio de Janeiro,

é perceptível um processo de transformação da cidade orientado em função dos grandes eventos, incluindo shows e espetáculos com grande apelo de público e repercussão midiática. Essa resignificação de determinados pontos da cidade voltada para grandes negócios acirra ainda mais as disputas por rumos e narrativas. Soma-se a isso a construção histórica de uma desigualdade na distribuição de aparelhos culturais pela cidade, concentrando a imensa maioria deles na Zona Sul e no Centro, reproduzindo, de certa forma, a desigualdade de renda

Hoje vivemos em um jogo
que coloca em lados opostos
“a cultura do evento e o
evento da cultura”.

existente. E a concentração não se resume só à quantidade de aparelhos culturais, ela também se dá em relação à distribuição orçamentária, por exemplo, da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Para se ter ideia, no ano de 2013, dos R\$256 milhões de reais destinados à cultura do estado, R\$52 milhões foram para o Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Ou seja, aproximadamente 20% do investimento estadual para a cultura foi para uma única instituição.

Financiamento e investimento: cultura ainda não é vista como prioridade

Nessa discussão, um dos principais entraves para o desenvolvimento de uma política cultural mais sólida no país é seu financiamento. Para entender melhor, vale dar uma olhada no percentual dos orçamentos investido e fica evidente que a cultura não é uma prioridade. Em nível federal, é destinado 0,04% do orçamento anual para o setor e, no estado do Rio de Janeiro, esse número gira em torno de 0,3%.

Para driblar a escassez de recursos e grande concentração de investimentos em aparelhos culturais das regiões mais ricas da cidade, a opção política tem sido os editais, também limitadora.

Diante da escassez de recursos e da grande concentração de investimento em aparelhos culturais nas regiões mais ricas da cidade, a iniciativa política para que o financiamento chegue aos produtores culturais, principalmente das áreas mais pobres, tem sido o lançamento de editais. Apesar da transparência que tal política traz, ela também é limitadora. O produtor cultural Diego dos Santos Francisco aponta que, apesar de diversos avanços nas leis culturais nos últimos anos, como a elaboração do Plano Nacional de Cultura e também a conclusão do Plano Estadual, o grande problema é que a política de editais se tornou

a única forma de financiamento: "Isso limita porque não vai ter dinheiro para todo mundo. Hoje, dentro da política estatal, menos pessoas podem acessar esse dinheiro e a distribuição é desigual". Para Diego, uma alternativa seria distribuir os editais geograficamente a fim de gerar uma distribuição mais isonômica: "Se o dinheiro não for distribuído geograficamente, se priorizam alguns pontos no lugar de outros".

Circulação pela cidade e militarização também são problemas

Ao abordarmos a questão geográfica, é perceptível a dificuldade que outros setores da vida na cidade podem gerar para a produção cultural. Quando pensamos nas favelas e nas áreas periféricas do Rio de Janeiro, dois pontos ganham destaque como dificultadores da produção cultural: a falta de mobilidade urbana e a militarização dos territórios. O caso do funk retrata bem como isso afetou os bailes e até a formação de novos MCs. De uma realidade com agendas lotadas – inclusive pelo interior do estado – e espaços de apresentação para novos cantores na década de 1990, até a escassez de locais e repressão aos bailes nos últimos anos, o funk vem sendo alvo de constante perseguição e criminalização por parte do poder público e das narrativas midiáticas.

"Os bailes foram fechando e hoje é feito no fuzil e na política".

MC Leonardo

Há vinte anos cantando na noite, MC Leonardo já teve alguns sucessos em sua carreira, como a música “Endereço dos bailes”, em que falava sobre a diversão nos bailes realizados em diversas partes da cidade. Hoje, o quadro é totalmente outro e os endereços dos bailes, cada vez mais escassos ou submetidos ao tráfico ou à polícia. Nas palavras do funkeiro: “Os bailes foram fechando e hoje são feitos no fuzil e na política”.

Com a criação das UPPs, os bailes funk foram sendo reprimidos, assim como diversas outras atividades culturais realizadas nas favelas. Atualmente, para se fazer qualquer atividade em favelas tidas como “pacificadas” é necessária autorização da UPP local. Além disso, a UPP parece tentar tomar para si a ocupação da produção cultural nesses territórios. Visitando o site das UPPs e analisando as atividades destacadas que são promovidas por essas unidades, 70% delas têm caráter cultural, tendo “evento” o sentido de festas, comemorações e outras ações socioesportivas. O reflexo disso acaba sendo que a cultura dessas favelas tem um controle forte das forças policiais: “Os bailes, quando acontecem, estão nas mãos do capitão (da UPP), quando a favela é pacificada; quando não é pacificada, fica na mãos do coronel do batalhão local,” relata MC Leonardo. E quando os bailes são realizados, ou mesmo equipes de som buscam espaços alternativos para atuar, a repressão é dura: “A PM tem autorização para invadir os lugares de baile funk, quebrar equipamentos e humilhar quem está lá,” denuncia Leonardo.

O funk é um dos principais movimentos de juventude do país, e tem o intuito de “fazer social” e conhecer outros bairros, além

Mas o que é necessário para que a cultura do funk continue se reproduzindo e se fortaleça? Em primeiro lugar, vale lembrar que o funk é um dos principais movimentos de juventude do país, movimentando diversos jovens pelas cidades no intuito de “fazer social” e conhecer outros bairros, além de ouvir música e dançar, claro. E para fazer social e conhecer outros bairros, duas coisas são extremamente necessárias: transporte e segurança – transporte para o deslocamento entre os bairros e segurança durante toda a madrugada, que é quando os bailes acontecem. Entretanto, dois problemas se colocam diante dessa questão: a precariedade do transporte público na cidade do Rio de Janeiro, especialmente durante a madrugada, e a política de segurança.

Pixinguinha: o chorinho em grafite; Foto: André Lobão



Com relação ao transporte, é latente o problema. Para se ter ideia, menos de 20% das linhas que passam pelo bairro de Campo Grande trafegam depois da meia-noite. Além disso, a reorganização das linhas de ônibus promovida recentemente pelo prefeito Eduardo Paes dificultou em grande parte a circulação pela cidade, em especial das áreas mais pobres da cidade para o Centro e para a Zona Sul.

Já na área de segurança, a questão é mais grave. Em sua maioria, os participantes de bailes funk são negros. Estatísticas recentes da Anistia Internacional apontam que 77% dos assassinatos cometidos pela polícia têm como vítima os jovens negros. Nesse sentido, além de as forças policiais terem o controle sobre a possível realização dos bailes, elas também são muitas vezes encaradas como grande ameaça por esses jovens negros – um claro racismo institucional.

Leonardo cita ainda a dificuldade de espaços para cantar na noite. Segundo ele, o número de boates em Copacabana, por exemplo, diminuiu bastante. Além disso, a redução dos espaços de apresentação no interior do estado também dificulta a construção de uma agenda de trabalho para os músicos. Apesar de tudo isso, o MC ainda acredita que a saída seja pela legalidade, buscando alternativas para consolidar espaços que possam voltar a realizar os bailes e se organizando em coletivos, como a Apafunk, da qual Leonardo faz parte e é fundador. Esse otimismo também vem da força que o funk demonstra em espaços como a internet. Segundo o funkeiro, o estilo musical ainda é o mais acessado nas redes, fato que mostra sua potência para além da realização dos bailes.

Cenário do subúrbio carioca é de efervescência, mesmo com políticas restritas de apoio cultural

Assim como no caso específico do funk, com todas as dificuldades, não se pode dizer que a cultura deixa de acontecer nos bairros do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Ao conversar com o historiador Luiz Antonio Simas e com Júnior Coruja, do movimento 100% Suburbano, é perceptível a efervescência existente em bairros como Méier, Vila Isabel e também nos bairros que compõem a Zona da Leopoldina. A lista de grupos citada por ambos é tão extensa que chega a ser difícil decorar todos os nomes. Leão Etíope do Méier, Roda de Vila Isabel, Boi de Lucas (Parada de Lucas), além do Norte Comum, Ágoras Cariocas e Fuzuê de Aruanda são apenas alguns grupos e locais que têm movimentado a cena cultural da Zona Norte do Rio de Janeiro. Simas ressalta a potência da atuação desses grupos e afirma que poucas vezes viu tanta coisa acontecendo e tantos espaços sendo ocupados. Para ele, “a questão é pensar por que não há uma projeção desse tipo de coisa em nível midiático”. Em contrapartida, o historiador propõe pensar outro tipo de repercussão, aquela que se dá no território: “Precisa envolver o território no que está acontecendo e transformar aquilo numa prática cotidiana, para que o morador que acha que nada acontece sinta isso”.

Essa prática tem sido bem viva na Zona da Leopoldina, que envolve diversos bairros do subúrbio carioca. Júnior Coruja cita com orgulho diversos nomes importantes para a cultura brasileira originários da região ou que

tiveram alguma relação com ela – Baden Powell, Paulo Moura, Heitor dos Prazeres e Pixinguinha são apenas alguns deles. Para se ter ideia, a Casa de Pixinguinha fica a 50 metros da Praça Ramos Figueira, onde o movimento 100% Suburbano realiza atividades, como sessões de cinema e rodas de choro. Além dos eventos que cada grupo realiza, também se busca uma articulação entre eles. No caso da Leopoldina, foi criado o Fórum da Grande Leopoldina, que, além de debater cultura, também discute políticas para o bairro. Pela articulação desse fórum, os moradores conseguiram, inclusive, impedir que um trecho da Transcarioca passasse pela região.

Política de cultura progressista emperra quando precisa se relacionar com outros setores

Apesar de, na maioria das vezes, a cultura ser a pasta com perfil político mais progressista dos governos, seja federal, estadual ou municipal, ela tem outro entrave além dos poucos recursos que recebe: a relação com as demais secretarias ou ministérios. Muitas políticas que poderiam relacionar a cultura com outros campos da vida acabam não avançando devido à composição de governos, que costumam subdividir os órgãos do Executivo entre grupos políticos que lhes dão apoio e, assim, não se faz uma integração das políticas nesses espaços.

Um exemplo citado por Luiz Antonio Simas é a questão da política de educação na cidade do Rio de Janeiro. Na visão do historiador, as escolas poderiam ser transformadas em aparelhos culturais 24 horas por dia, envolvendo a população, especialmente dos territórios com menos aparelhos culturais, e fazendo produção de cultura cotidianamente: “No Rio, a Secretaria Municipal de Cultura tem umas práticas bem avançadas, ao passo que a de Educação é uma das mais retrógradas”.

Foto: André Lobão



Dentre as políticas avançadas na área cultural, duas merecem destaque por incentivar que os mais diversos territórios mantenham suas produções como algo constante, envolvendo as mais diversas comunidades. Em nível federal, existem os Pontos de Cultura, que conseguem se enraizar nos territórios e também articular políticas com outras áreas públicas. Mesmo muitas vezes recebendo crítica por enquadrar as iniciativas dentro de suas regras, a importância dos Pontos de Cultura para articulação cultural e política tem sido essencial para que diversas iniciativas não se restrinjam exclusivamente à produção de eventos como um fim, mas sejam resultado de um trabalho cotidiano e contínuo. A outra política destacada é o projeto desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Município do Rio de Janeiro chamado Ações Locais. Por meio do mapeamento das mais diversas iniciativas e grupos culturais existentes na cidade, em especial nas áreas mais pobres, a Secretaria premia com R\$40 mil mais de oitenta grupos. Além do reconhecimento institucional e público, a verba possibilita que os grupos promovam suas intervenções nos territórios de forma mais sólida e com uma perspectiva clara de continuidade.

É nesse cenário complexo, de disputa constante por narrativas e projetos políticos estruturantes, que a cultura se desenvolve e mostra sua potência para além do entretenimento e do espetáculo. Uma potência que produz constantemente novas subjetividades, cria e recria a vida de lugares. Uma disputa que parece desigual contra as premissas e demandas imediatas da lógica mercadológica do evento e dos grandes negócios, mas que muitas iniciativas resistentes demonstram ser possível. Mais do que isso, demonstram que a cultura está inserida em cada gesto e ação do nosso dia a dia e que existe uma cidade que pulsa e vive para além dos ditames do capital e dos grandes eventos. ♥

No Rio, a Secretaria Municipal de Cultura tem práticas avançadas enquanto que a de Educação é uma das mais retrógradas. Se não fosse isso, as escolas poderiam transformar-se em aparelhos culturais 24 horas por dia.



Todas as fotos são de Antonio Cruz/Agência Brasil

CONJUNTURA NACIONAL

Considerações sobre a destruição da política

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Professor do PPDH do NEPP-DH/UFRJ

Basta ligar a televisão para assistir à degradação da política. Lá está o cenário parlamentar brasileiro sob a forma de sua espetacularização, através do jogo de cena das querelas entre os três poderes. Trata-se de um fenômeno mórbido conhecido como “pequena política”, conceituado pelo intelectual comunista italiano Antonio Gramsci. Ele examinou o quanto o processo parlamentar servia para substituir e bloquear a emergência das grandes questões nacionais e internacionais na cena pública. Assim, a “grande política” seria aquela ligada ao processo de formação das políticas voltadas para o Estado, com destaque para a função dos partidos e da constituição de blocos de força que projetam uma direção hegemônica para a vida social nacional.

Ao tomar o pequeno interesse pela obtenção de posição, vantagem e cargo, como se isso fosse a função parlamentar, os fenômenos que afetam a população deixam de ser prioridade. Canais de mediação e forças de articulação de lógicas corporativas e bancadas do tipo “bala,

boi e bíblia” acabam dando o tom da vida parlamentar. O desencontro e a disputa de lideranças definem perfis. As lideranças são um conjunto de manobras nas sombras, onde se travam acordos sobre as grandes empreitadas e as projeções de lucros. Personagens sombrias e discursos reacionários sensibilizam os descontentes com a presença de novos atores na vida brasileira: os de “outra cor”, de “outro sexo”, que aparecem nos bancos das universidades, nos aviões, nos mesmos restaurantes e outros espaços antes exclusivos.

É urgente, portanto, examinar a crise da democracia representativa sob a noção de pequena política, de banalização da política, e seus efeitos fenômenos mórbidos, sob a perspectiva da naturalização que busca silenciar o clamor das multidões e dos movimentos de rua e do campo por meio da formação de plateias para o “BBB” das (pseudo) lutas parlamentares e dos julgamentos e das ações policiais.

Crise de representação

A luta interna pelo poder no Estado – no Governo e no Parlamento – ganha destaque e substitui a política real, definida pelas classes fundamentais e pelas disputas entre forças e blocos sociais. A pequena política acaba absorvendo a energia e os campos visual e semântico da vida parlamentar, bloqueando a reflexão política a partir de processos de mobilização coletiva. Ela também dificulta uma pedagogia política democrática, capaz de lidar com outras demandas, como redirecionar o senso comum e a opinião pública em favor de grupos e classes subalternas. O pouco alcance da reforma política indica que a disposição crítica e a função informativa da mídia aceita rapidamente os resultados pífios, ao gosto do processo que reafirma o deserto do real sob a forma do “virar pizza”, ou da redução ao recorte unidirecional da Lava Jato.

E o que se ganha, afinal, com a continuidade dos mesmos fenômenos mórbidos – do pequeno jogo de trituração, bloqueio e traições – no espetáculo midiático cotidiano, onde o Congresso Nacional aparece como a caricatura de si mesmo? A repetição grotesca e variada desse triste espetáculo disfarça e esconde o vazio e a falta de substância política, encobrindo o verdadeiro jogo de poder. Isso favorece o surgimento de personagens cuja habilidade é alimentar uma máquina de cinismo e hipocrisia. A agenda da via única se impõe apoiada nas formas jurídicas e no discurso da ordem.

O ajuste como solução técnica permanente destitui o social ao tornar a política um caso de polícia, que se desdobra na criminalização do protesto que atrapalha o trânsito e causa dano ao patrimônio. O fim da roubalheira e da baderna serve de pretexto para uma selvageria brutal que alimenta a barbárie penal e carcerária e o genocídio social no Brasil. O poder disciplinar do capitalismo global e as notas das agências de risco vão nos rebaixando, aumentando exigências e juros, para nos punir pelo excesso de gastos do ciclo anterior, como se eles nada tivessem ganhado com a festa dos megaeventos e a farra das *commodities*.

As guerras de desgaste, lutas parlamentares por cargos, se repetem como uma comédia que, supostamente, representa a política tal qual ela é. A crise de legitimidade do Poder Legislativo é tanta que faz transbordar poder para outros espaços e agentes, dentro e fora do Estado, que

acompanham o processo e a lógica que reafirmam o poder disciplinar e as tecnologias do poder punitivo como forma dominante de responder aos desmandos e ao triste espetáculo em que brilham figuras como o deputado Eduardo Cunha. Em que pese a fraqueza e os recuos da presidente, seus adversários são fruto de ardis e manobras, ou personagens que combinam inocuidade política e ausência completa de conteúdo.

Apesar das manifestações do Movimento Passe Livre e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, caminhamos na direção de regimes de segurança e ajuste que aprofundam a sociedade do endividamento, do desastre ambiental, da crueldade e do medo, sustentados pela suposição de que o Parlamento é a imagem e o reflexo ampliado do povo que o elegeu. A alternativa a isso é o espetáculo judicial-punitivo que seleciona pseudemocraticamente os que não devem ser punidos: empresários e políticos que conservam monopólios patrimoniais, midiáticos, de renda e de poder. O mal-estar cresce e alimenta o conflito na sociedade civil, a crise orgânica se manifesta com imagens perturbadoras de irracionalidade e preconceito. A máquina governamental fica paralisada, impedida de realizar os gastos básicos e devedora dos grandes negócios e de falsas expectativas, como a da megalomania do pré-sal.

Imagem-corpo do espetáculo

O fenômeno político e a crise da representação no Brasil vêm destruindo a descrição clássica da política como um teatro, com um palco e um cenário, com certas regras, técnicas e modos de representação, abrindo uma bifurcação, gerando a guerra de todos contra todos ou processos de morte continuada dos valores. A repetição dos mesmos processos que definem a política pela imagem dos políticos se repete e atinge de um só golpe o corpo-imagem dos escolhidos pelo sufrágio universal e os aparelhos partidários, tornando “natural” o desgaste do sentido público da função de representação.

O senso comum da política serve-se da confirmação contínua da morbidez e da nulidade do processo parlamentar, em que a pequena intriga, o pequeno interesse e o personalismo servem de suporte para naturalizar o fracasso da política, golpeando a democracia representativa. Esse processo, em vez de produzir uma resposta na direção da autonomia ou da representação

Somente o cinismo e a coalizão de forças reacionárias podem pensar em colocar a direção da República nas mãos de Cunha, personagem até então desconhecido.



direta da sociedade, ou mesmo dos mecanismos de controle e participação popular, se direciona para um fetichismo jurídico pela lógica da solução penal, que aparece como solução disciplinadora e pseudoigualitária, já que os ricos também iriam para a cadeia. No discurso, a punição se democratiza e finalmente poderemos nos vangloriar de nossas instituições.

O mecanismo da solução penal encobre, pela via das formas jurídicas e legais, a estrutura social da injustiça, acentuando a coerção e a submissão da vida social ao regime dos monopólios e aos processos e regras que nos ajustam, via processos de subjetivação coletiva e de universalização da culpa, requisito necessário para organizar a sociedade global dos endividados. O processo é complexo e permite certos deslocamentos e novos alinhamentos no plano internacional, mas as perdas dos países do Brics, em especial do Brasil, são visíveis. Os desdobramentos

Gostamos de assistir a uma pseudo-justiça ao ver políticos, artistas, personalidades, empresários enviados aos “paredões”, digo aos tribunais e prisões.

da eleição americana aparecem como única brecha de descontentamento substantivo visível neste início de 2016.

Somos todos devedores e culpados nos planos global e local. Por isso nos conformamos e gostamos de assistir a uma pseudojustiça ao ver políticos, artistas, personalidades, empresários enviados aos “paredões”, digo, aos tribunais e prisões. Ao transferir o interesse comum da órbita da representação e da vida parlamentar para a esfera de uma suposta “verdade jurídica”, articulada com operações policiais, a criminalização assume ares de produtora da verdade. A ideia de dignidade e valor moral se transfere via imagem-espetáculo para o judiciário. Os efeitos da judicialização da política são alimentados

pelas redes e máquinas imagéticas, que se proliferam com a radicalização da pequena política, por força do espaço limitado e das lógicas globais e corporativas. A base de sustentação do governo e a oposição não fazem mais do que jogos de protelação e autofagia, numa disputa diária por cinturões, como no MMA.

Os campeões de hoje são acusados de uso indevido de substâncias químicas, não passando nos exames antidoping do dia seguinte. O poder judiciário e a lógica midiática se complementam como cimento ideológico que não precisa conspirar para colher frutos da crise permanente. A espada está todo o tempo nas mãos dos juízes e sobre a cabeça dos fracos, que perdem o poder de falar e encantar. A linguagem jurídica mais uma vez se faz instrumento decisivo – os juízes encarnam e enterram a força do legislador, cindindo e decidindo o destino de um Executivo fraco e paralisado.

O deslocamento e a judicialização

Pela via darwinista, o poder vai eliminando certos indivíduos de certas espécies. As vítimas sofrem pela passagem compulsiva e repetitiva do ato ilícito, que acaba levando aos mesmos erros que rapidamente liquidam os recém-chegados ao poder. Pequenos grandes acordos, reconhecimentos de culpa, delações premiadas, abuso de prisões e restrições se legitimam, numa ciranda infernal de operações, repletas de episódios e temporadas. A produção do espetáculo jurídico-policial esvazia o debate sobre a reforma política e a reforma do Estado (que deveria se realizar pela via da democratização). O descontentamento da opinião pública



se satisfaz com a perspectiva de novas leis punitivas, principalmente contra a juventude, as periferias, os grupos oprimidos e os subalternos, cujos direitos começavam a ser reconhecidos no ciclo político anterior.

Os discursos da ordem e do autoritarismo se repetem e integram a retórica dos mesmos que negam ter contas no exterior. O interessante é que as contas e os fluxos, desde a CPI do Banestado, indicam um caminho simples: não bastaria seguir a regra clássica do “siga o dinheiro” para nos depararmos com “a coisa”? Talvez nos paraísos fiscais se encontre a chave do falso segredo.

Nosso “Law and Order” cotidiano da pequena política e do cretinismo parlamentar quer nos convencer de duas coisas: que a crise política nasce da falta de ética dos políticos e que a grande política passa a ser um atributo do juiz, e não do legislador. O Executivo se paralisa ao perder a iniciativa de compor ou “comprar” apoio. No pântano do Parlamento é preciso fazer parte de um grupo ou bloco suprapartidário ou do campo de alguma suposta maioria para sobreviver. Se o Congresso deveria ser o lugar da produção do consenso ou dos grandes acordos, na nova conjuntura da representação e espetacularização temos uma passagem ao modo conservador e subordinado, do poder disciplinar ligado ao paradigma neoliberal na fase do endividamento, do ajustamento e da ordem nas fronteiras de contenção dos destituídos de todos os tipos.

O resultado geral da crise de representação é um reforço do “neoliberalismo disciplinar” nos países da periferia e da semiperiferia capitalista. Nos

Pequenos
grandes acordos,
reconhecimento
de culpa, delação
premiada, abuso
das prisões e
restrições servem
de cobertura para
manter a estrutura
do poder intocável.

países centrais a agenda é de guerra, com o controle das fronteiras, o reforço da exceção e as medidas de emergência, que também já fazem parte de processos conhecidos em países como o Brasil e a Colômbia, com suas guerras internas de vários tipos.

Nos curiosos caminhos da dialética, os jogos imagéticos se transformam em performances e videoclipes transmitidos diretamente em *reality shows*. Temo a profusão de vídeos de detenções, de interrogatórios, de inquéritos, de processos, de julgamentos – os episódios se sucedem nesse novo espaço do real virtual, tornando quase compensador assistir às temporadas que legitimam a criminalização, a judicialização, a tortura e a eliminação dos ladrões e inimigos. O Congresso Nacional e os partidos se tornam palco dessa pós-teatralização da política como ficção policial e judiciária. A velocidade e a presença constante da imagem e do discurso do castigo, da punição, definem o padrão moral e o capital simbólico que desqualificam a política e o legislador. Nesse ambiente, a desconfiança e a traição são a moeda de troca e a delação é o modo principal de lidar com o medo e produzir a prova. Todos devemos alguma coisa diante do Big Brother cibernético e os políticos um pouco mais, visto o “mar de lama” permanente que se repete no país. Assim, o “consenso” de que “todos os políticos são ladrões” explica, de forma simplória, todo o processo.

Jornalistas, cientistas, juristas e policiais trazem suas explicações e seu saberes, repetindo a mesma narrativa que acompanha, confirma e legitima o senso comum da pequena política, das soluções e querelas que acompanham as tendências. O pão e circo contemporâneo dista muito das disputas que afetaram a República Romana. Monarquias absolutas e



repúblicas modernas se sustentaram nas suas racionalidades burocráticas pelo poder patrimonial e fiscal, pelo uso legítimo da força como exceção soberana sobre inimigos internos e externos. O fantasma da democracia direta sempre faz mover e tencionar as regras do jogo do poder representativo e dos modos de distribuição e equilíbrio entre os poderes que incidem sobre diferentes etapas do processo decisório.

Os lugares que pareciam investidos de poder se voltam sobre os que penam para ter uma real representação. Os parlamentares e os operadores políticos se revelam o elo mais fraco da cadeia do poder político, oferecendo suas pequenas batalhas, artimanhas e segredos para uma espécie de BBB permanente. Ministros, partidos e empreiteiros se enredam entre realizar, cartelizar e distribuir recursos públicos, sendo eles mesmos o elo mais frágil do poder e da decisão real, que vai muito além do patrimônio líquido e financeiro, ou da força de influência e aparelhamento que pensavam possuir. Esse poder do aparelhamento e das lógicas e máquinas territoriais é condicionado e amarrado por uma combinação de formas financeiras e comunicacionais de comando de informação, fluxos e vetores imagéticos mundializados.

Conclusão

O poder do capital simbólico no Brasil, que historicamente se legitima na proteção do patrimônio e dos privilégios, usa a lei para tornar o social um caso de polícia. Mas hoje se aprimora o poder simbólico comunicativo, que consegue se alimentar da fraqueza dos pequenos atores que fazem o grande espetáculo oferecido nas telas. O poder midiático se revela na capacidade de condensar a ideia de política no jogo parlamentar e no corpo-imagem dos políticos, que são vítimas de seu próprio engano e se arriscam e se oferecem ao triste espetáculo que afasta a vida representativa do corpo representado, repetindo como farsa a tragédia que acometeu a liberal-democracia nos anos 1920 e 1930 nos países da Europa Ocidental.

A minimalização da política e sua criminalização servem para esvaziar e bloquear o avanço da democratização, nos colocando nas arquibancadas desse espetáculo degradante. Ao dar atenção às pequenas personagens, deixamos de ver o contexto e os aparatos de fabricação do poder, cuja percepção poderia nos retirar da captura ideológica, que, supostamente, é de nossa responsabilidade, já que teríamos escolhido mal nossos representantes. O fim do ciclo político dos governos do PT poderia seguir outra direção, se pudessemos desvendar melhor o enigma da imagem-espetáculo da degradação da política?

O poder do capital simbólico no Brasil usa a lei para tornar o social um caso de polícia.

As formas de subjetivação reforçam a razão cínica que produz a culpa coletiva, o que nos envolve numa dinâmica de violência material e simbólica. A pequena política serve a essa intensidade do excesso negativo que acomete o social, o ambiental e o subjetivo, que torna a crueldade uma noção central para entendermos os modos de dividir a sociedade e de gerar certo gozo compensatório com “a derrota dos outros”. Como sempre, é preciso romper com a dialética da guerra de todos contra todos como manifestação geral da política que nos é imposta pela via de sua negação.

Mudar o poder exige a mudança nas formas da política, com atenção especial ao processo de disputa pedagógico-política do poder de elaboração e formação do espetáculo como imagem-corpo do exercício das práticas sociais alternativas nascidas da nova centralidade da periferia, retomar certa capacidade de definir a cena como teatro alternativo ao *reality show* e ao modo de convergência entre ficção

e realidade, que atualmente retira dos atores a possibilidade de definir outra trama. A questão da democracia e da representação nos desafia a produzir outro enredo, outra narrativa e outra agenda, numa verdadeira cena política de caráter público, resgatando o poder constituinte presente nos artigos da Carta de 1988. ▀

O poder do aparelhamento e das lógicas e máquinas territoriais é condicionado e amarrado por uma combinação de formas financeiras e comunicacionais de comando de informação, fluxos e vetores imagéticos mundializados.





ENTREVISTA

Silvio Tendler

*“Acredito na
juventude
engajada da
periferia”*

Martha Neiva Moreira

*Jornalista, coordenadora de
Comunicação do Ibase*

Na sala do apartamento em Copacabana, fotografias antigas de amigos e de personagens que entrevistou para os documentários que produziu dividem espaço com brinquedos e peças da cultura popular, sem falar do janelão para o mar, inspiração para Silvio Tendler, nosso entrevistado nesta edição. Vinte minutos de espera e ele chega em uma cadeira de rodas, na qual está em função de uma neuropatia resultante de diabetes diagnosticada em 2011. A doença, na verdade uma lesão da medula, até hoje tratada, foi um marco em sua história. Mas, sonhador que só, ele vem superando o que se mostrava insuperável e continua fazendo cinema. Sorte a nossa, que não só podemos ter acesso aos filmes questionadores de Tendler, como podemos assistir a eles gratuitamente, pois o “cineasta dos sonhos interrompidos”, que produziu cerca de 40 filmes, entre os quais alguns premiados, os disponibiliza no YouTube. Nesta entrevista, concedida a Cândido Grzybowski e a mim, ele conta um pouco de sua trajetória profissional.

Retrato Silvio Tendler; Foto: Acervo Caliban

TRINCHEIRAS – Você é carioca?

Tendler – Sim. Nasci em 1950 e cresci em Copacabana.

TRINCHEIRAS – Conte um pouco de sua infância e juventude.

Tendler – Sou oriundo de uma família de classe média – meu pai, um judeu imigrante, advogado, e minha mãe, médica. Minha mãe sempre foi médica dedicada à saúde pública, nunca conseguiu fazer medicina remunerada. Meu pai era advogado e comerciante, vivíamos bem. Eu tinha acabado de fazer 14 anos, em 12 de março de 1964, quando o Golpe Militar foi anunciado, no dia 31 de março. Ficou aquele clima de todos esperando o que ia acontecer. No dia seguinte ao golpe foi feriado, fui ao cinema e começou a gritaria na rua: era Copacabana comemorando em festa que o Jango tinha sido deposto. Lembro-me dos lençóis brancos nas janelas dos prédios, em contraste com os porteiros, desolados, escutando a notícia em seus radinhos de pilha. Era minha primeira visão da luta de classes na vida. Entendi quem havia ganhado e quem havia perdido com o golpe. Minha vida mudou e a do país também. Lá em casa tínhamos uma visão progressista, embora não de esquerda. Todos os vizinhos eram lacerdistas, e nós não. Meus pais votavam no Juscelino e Lott. Escutávamos uma rádio transoceânica, de modo que ouvíamos notícias das ações da cadeia de legalidade no Sul, líamos o jornal de Samuel Wainer (*Última Hora*).

A partir do golpe, comecei a ler os artigos do Carlos Heitor Cony, do Sérgio Porto, do Márcio Moreira Alves.

Eu tinha uma vida cultural ativa e, no Brasil, os artistas foram os primeiros a reagir ao golpe. Resolvi nesta época, ainda bem jovem, que queria ser cineasta.

TRINCHEIRAS – E o cinema? Pelo jeito, já nasceu político?

Tendler – Sim, até porque, em casa, me lembro de termos uma formação política desde os 9 anos. A cultura foi bem importante para isso. Morava na Rua Raimundo Correia. Próximo dali havia um teatro onde encenavam-se peças do Opinião, como *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, de Oduvaldo Vianna Filho e Ferreira Gullar. Segunda-feira era dia de show, e o cinema era a arte que estava na moda naquele tempo. Glauber Rocha e Godard explodiram aí. Eu tinha uma vida cultural ativa e, no Brasil, os artistas foram os primeiros a reagir ao golpe. E eu estava nesse contexto, pois frequentava muito cinema, a Cinemateca do MAM;

as sessões Unifrance, na Maison de France; o Cinema Paissandu; o Festival de Cinema JB/Mesbla; e o Festival de Cinema Amador, onde vi jovens como eu fazendo filmes. Pensei: se eles podem, eu também posso. Resolvi nessa época, ainda bem jovem, que queria ser cineasta, embora meus pais classe-média-judia esperassem que eu fosse advogado, médico ou engenheiro. Eu tinha medo de sangue, detestava matemática. Me sobrou Direito. Fui fazer, mais para atender a expectativa da família. Entrei para a PUC, na época.

TRINCHEIRAS – E como foi seu período de estudante?

Tendler – Sempre fui péssimo aluno, de todas as escolas que frequentei: Andrews, Pedro II, Pedro Álvares Cabral, Duque de Caxias, essas duas últimas, escolas públicas lacerdistas, de direita. Ficava de segunda época invariavelmente. Em 1968, quando cheguei ao segundo clássico, morre Edson Luiz. Estava no Andrews, e eu, Buza Ferraz e Gustavo Schiller entramos para o movimento estudantil. Éramos muito amigos. E era uma mistura de movimento estudantil com cinema Paissandu, nas sessões à meia-noite, usando japonês para parecer Godard e bota “topa-tudo” para correr da polícia. Nessa época, fui eleito presidente da federação do cineclube. Era a vontade de fazer cinema misturada com a militância. Não preciso nem dizer que tive que fazer Madureza para terminar a escola. Daí em diante, Gustavo foi para a luta armada e foi preso em 1970. Um ano antes, por

obra de um acontecimento que só no Brasil, o país do afeto, é possível, aconteceu um episódio que determinou minha saída do país. Um grupo de companheiros sequestrou um avião para ir para Cuba. Só que, antes, marcaram com os amigos para se despedir. Eu tinha 19 anos. Durante o encontro, um dos companheiros me abordou e perguntou se eu queria ir. Ele não falou nada sobre como seria, mas eu disse que sim. Ele disse então que Leon me procuraria. Bom, um dia cheguei em casa, já estudava Direito na PUC, e havia três caras bebendo uísque com minha mãe. Na hora que entrei, eles perguntaram a minha mãe: “Esse é o Silvio?” Ela disse “não” imediatamente e emendou: “Esse é o Sergio”. Mãe judia é mãe judia. Entrei e fui para o banheiro. Havia um telefone por ali e liguei para meu pai. Pedi uma passagem para ir embora para a Europa porque já tinha sacado o que viria. Enquanto isso, os caras diziam para minha mãe que o Silvio havia feito uma besteira e eles teriam que levá-lo. Na verdade, eu tinha os contatos dos companheiros que iam para Cuba, era isso que queriam. Enquanto isso, as moças que trabalhavam lá em casa desceram para a portaria e esperaram meu irmão, o Sergio, chegar. Quando ele chegou ao prédio, disseram para ele ir embora. Elas foram sensacionais, porque sacaram a situação e logo tomaram uma atitude. Sei que horas tantas, lá em casa, disse que estava passando mal e tinha que ir à farmácia. Os homens deixaram e desci correndo. Ali sabia que tinha que ir embora do país porque jamais me vi com uma arma na mão e não daria conta de entrar para a luta armada, como muitos amigos meus.

Fiquei clandestino 1969 todo. Eu escutei aquele tiroteio louco, olhei pela janela e vi tudo cercado pela polícia. Eu chorava ali, assistindo a morte de Marighella da minha janela, a uma quadra dali.

TRINCHEIRAS – E você foi para onde?

Tendler – De lá de casa, meu pai me levou para a casa de um primo em São Paulo. Ele conhecia um brigadeiro “brigador”, que foi à Aeronáutica comigo, encarou a turma e disse que eu não ficaria preso. Ele era comandante da base aérea militar em Belo Horizonte e foi considerado herói da “revolução”, mas era um cara progressista e me ajudou a sair do país depois de um ano de clandestinidade. Fiquei clandestino todo esse ano de 1969, a uma quadra de onde Marighella foi morto. Eu escutei aquele tiroteio louco, olhei pela janela e vi tudo cercado pela polícia. Eu chorava ali, assistindo à morte de Marighella da minha janela. Voltei para o Rio e para a faculdade. Era o ano de 1970. Tinha largado o Direito e acabei na Comunicação. Um dia estava na PUC e li que o primeiro presidente eleito na América Latina tinha tomado posse. Era Allende, no Chile. Fui para o Chile e lá fiquei até 1972. De lá fui para a França, onde morei por alguns anos.

TRINCHEIRAS – Como foi o período no Chile?

Tendler – Era 1970 e o clima do Chile era de alegria quando cheguei. Tinha manifestação todo dia, uma liberdade maravilhosa no país. Eles estavam restabelecendo relações com Cuba, na época. Quando cheguei, havia 700 brasileiros lá. Quando saí, em 1972, eram mais de cinco mil. Durante o período que fiquei em Santiago trabalhei no Comitê de Arte Infantil da Presidência da República. Uma experiência riquíssima, nos balneários populares que o Allende havia mandado construir para que a população de

baixa renda pudesse passar férias. Jamais havia visto nada igual àquilo. Junto com um cineasta chileno, Hugo Araya, fiz um filme nessas praias.

TRINCHEIRAS – Do Chile você foi para Paris. Como foi lá?

Tendler – Morei na França de 1972 a 1976. Estudei história e ciências sociais aplicadas ao cinema na [Universidade] Paris VII. Foi interessante fazer História, pois eu sempre quis fazer um cinema político. Acabei de me descobrir ali e fiz um filme logo sobre o golpe no Chile. Para tanto, voltei ao Chile em 1973, já no final do governo de Allende. Era outro clima, bem diferente daquele que vi quando cheguei para morar lá, uma tensão total. Vi a última marcha do Allende. Com Chris Marker, fiz o *La Spirale*, sobre o golpe no Chile. Marker foi uma referência para mim. Ele era amigo de todos os cineastas importantes da época – Godard, Lelouch –, havia um clima de cumplicidade entre os cineastas da época. Ele me levou para fazer esse filme com ele e, durante a montagem, na Endero Auditel, em uma sala estava Marguerite Duras trabalhando; na outra, Jean-Luc Godard; e, no último andar, Orson Welles, montando *Verdades e mentiras*. O que eu poderia querer mais, aos 23 anos?



Gravações de “*Giap - Memórias Centenárias de Resistência*”. Silvio Tendler e o General Vo Nguyen Giap.

TRINCHEIRAS – E como foi voltar ao Brasil?

Tendler – A primeira vez que voltei foi em 1975, para passar férias. Meu pai sempre me ajudando, e eu entrando no país sempre de forma legal. Era um dos únicos, pois meus amigos todos estavam na clandestinidade e vinham ao Brasil escondidos. Voltei definitivamente em 1976, já como um jovem historiador e cineasta. Cheguei buscando trabalho e fui dar o curso de Cinema e História na PUC. Meus antigos colegas me levaram para dar aulas lá. Com Hélio Ferraz, irmão do Buza [Ferraz], fiz o filme *Os anos JK*, que foi a terceira maior bilheteria de cinema documentário no Brasil. Foram 800 mil espectadores já nos anos 1980. Bateu *Mulher nota 10*, com Bo Derek. Essa foi uma época muito criativa, com a campanha das Diretas Já, pouco depois da Anistia. Foi um período extraordinário do país. Fiz também, nessa época, o primeiro programa do Partido Comunista da TV. Fomos para Moscou, assistir Gorbachev fazer discurso em 1985 da moratória unilateral das armas atômicas. Foram 120 brasileiros de todos os partidos, de todas as tendências, artistas. Um momento lindo! Nos anos 1980 fiz alguns dos filmes mais vistos da produtora, *Jango* e também *O mundo mágico dos Trapalhões*, já pela

Caliban, criada em 1981. Já no início dos anos 1990, fiz o seriado *Anos rebeldes*, com grande sucesso na TV, porque coincidiu com todo o período de manifestações contra o Collor. Por essa razão, o projeto ficou parado por dois meses na Globo, decidindo se iria ou não ao ar. Estrear na TV com um sucesso desses foi incrível.

TRINCHEIRAS – De onde vem o nome Caliban?

Tendler – De um personagem de Shakespeare. Caliban é o único personagem de *A tempestade* que se revolta contra o poder colonial.

TRINCHEIRAS – E a sua opção por fazer documentários?

Tendler – Foi uma opção mesmo, mas *Castro Alves*, por exemplo, é uma viagem ficcional.

TRINCHEIRAS – Você tem documentários que trazem bastante a questão da terra e a relação com o meio ambiente...

Tendler – Participei de uma série da Manchete sobre essa relação do homem com a natureza, com Washington Novaes, Eduardo Coutinho, entre outros. Fui para Rondônia, a “terra prometida”, filmar. Naquela época, estava mais ligado na questão da reforma agrária. Minha relação com a natureza era: O que fizeram com o homem? Tiram as pessoas de suas terras e jogam no meio da região amazônica – no caso, Rondônia –, por que e como? O filme mostrava exatamente essa migração forçada de populações inteiras para a região. Eram histórias de pessoas que faziam uma epopeia, pois chegavam ao Acre, não tinham terra, o Incra não dava mais terra; de lá, seguiam para o Mato Grosso, que também não tinha terra; ficavam à deriva. Com esse filme, chamado *Rondônia, a Terra Prometida*, de 1986, comecei a filmar mais com essa perspectiva política. Também fiz um documentário interessante depois desse sobre um trabalho de alfabetização com método Paulo Freire, *Aprender, ensinar e transformar*, de 1988, em que mostrava o trabalho da Fundação Educar, uma iniciativa de Dom Mauro Morelli, uma aliança marxista-cristã na Baixada Fluminense que alfabetizava muitas pessoas com o método das palavras geradoras, de Freire. Lindo esse trabalho, ganhou prêmio da Unesco. Também tiveram os documentários sobre Glauber Rocha, a série sobre Milton Santos [*Encontro com Milton Santos*], *Utopia e barbárie*, e o mais recente, *O veneno está na mesa*, que faz parte da série *Trilogia da Terra*, quase todos disponíveis no YouTube.

Faço filmes políticos, mais ligados ao movimento social. Por isso decidi disponibilizar tudo no canal do YouTube da Caliban. Estão lá para baixar, gratuitamente.

TRINCHEIRAS – Pois é, seus filmes estão disponíveis para download gratuito no YouTube. Novamente uma opção política de democratizar seu trabalho?

Tendler – Sim. Percebi que o cinema brasileiro mudou sua característica de espetáculo, da década de 1960, quando havia o cinema de rua, e quando as pessoas iam assistir a filmes como *Jango* e *Anos JK*. Hoje não é mais assim. O público mudou e o que tem disponível cinemas, agora em shoppings, são os *blockbusters* mesmo, os filmes comerciais. Por isso decidi disponibilizar tudo no canal do YouTube da Caliban. Estão lá para baixar, gratuitamente. São filmes políticos, mais ligados ao movimento social, para quem quiser assistir. João Pedro Stédile me disse que a série *Trilogia da Terra* (*O veneno está na mesa I e*

II e Agricultura tamanho família) já teve cinco milhões de acessos, 300 mil só no YouTube, e o restante a partir de cópias dos filmes que foram distribuídas para os camponeses.

TRINCHEIRAS – E os filmes sobre os militares que disseram não, como foi?

Tendler – *Militares da democracia, os militares que disseram não*, feito a partir do projeto *Marcas da memória*, do Ministério da Justiça. Descobri um desses militares 15 dias antes de matarem o Vladimir Herzog. Era um tenente da força pública que foi morto na mesma circunstância do Herzog, na mesma cela. Ele era ligado ao Partido Comunista, que tinha uma penetração no Exército. Fui atrás dessas histórias, desses personagens que, apesar de militares, tiveram uma atuação forte na luta pela democracia e foram também perseguidos e torturados.

TRINCHEIRAS – A opção por fazer documentários com foco nos movimentos sociais é gratificante?

Tendler – Sim. Viajo muito fazendo esse trabalho. A vida é mais rica do que um romance de ficção. Sou a única pessoa, por exemplo, que entrevistou Apolônio de Carvalho, coronel das forças francesas que tem a mais alta condecoração francesa. Que riqueza é poder fazer isso! Neste momento, estou viajando muito para um dos trabalhos que estou fazendo, *Sonhos interrompidos*, que conta a história de pessoas que lutaram por diversas causas. Começo no Haiti, fui a Cuba entrevistar o último sobrevivente do ICAIC, também falei com o Ivo Lesbaupin, que foi o motorista do carro da emboscada que resultou na morte de Marighella. Ele falou pela primeira vez para mim sobre isso. Também vou falar com um amigo meu que fez treinamento de guerrilha na Coreia do Norte. Enfim, são muitos personagens interessantes da vida real com os quais tenho contato em meu trabalho. E agora, com o novo filme, estou resgatando mais alguns.

TRINCHEIRAS – Você é chamado também de “cineasta dos sonhos interrompidos”...

Tendler – Sim, por conta dos personagens cujas histórias contei, como Jango, Milton Santos, Glauber Rocha, que, por razões diferentes, não completaram suas utopias.

TRINCHEIRAS – E a juventude que está nas ruas protestando, o que você acha dela?

Tendler – Adoro essa juventude. Entrevistei a menina do Movimento Passe Livre, entrevistei o garoto que foi preso pelas ocupações das escolas em São Paulo, são comunistas. A história não parou, gente. Nossa geração tem a pretensão de ter

Tem jovem de periferia lutando, reagindo, produzindo RAP, que equivale à bossa nova. Estão fazendo cinema, teatro, comunicação... há uma reação forte de cultura na periferia.

inventado a história, de ter o monopólio dela. Não acredito nisso. O mundo escroto que está aí, eles o herdaram de nós. Aprenderam a consumir. Nossa geração não era uma multidão na rua, muitos nem sabem o que aconteceu naqueles tempos. Gosto dos que lutam, e tem muito jovem lutando hoje. Outra coisa interessante que aconteceu com essa geração: tem jovem de periferia lutando, reagindo, produzindo RAP, que equivale à bossa nova. Estão fazendo cinema, teatro, comunicação... há uma reação forte de cultura na periferia [1]. Milton Santos falava isso: quem muda o mundo é o homem lento, que vem da base, da periferia. O homem do paradigma da velocidade não transforma. Tem muito jovem de periferia fora desse paradigma, na luta. Acredito neles. ♥

[1] Leia a Reportagem de Pedro Martins nesta mesma edição.



Retrato Silvio Tandler; Foto: Acervo Caliban

CALEIDOSCÓPIO

Este é um espaço para divulgar atividades de parceiros e amigos

Sua instituição está lançando uma campanha? Vão realizar um evento? Assistiu a um filme imperdível? Envie seu texto com até 10 linhas e imagem de apoio com 300 DPI para o email comunicacao@ibase.br

Empodera!

Já está no ar o blog Empodera!, uma poderosa plataforma de acesso à informação, gratuita, de qualidade, abundante, centralizada e multilateral. Os idealizadores do projeto esperam que, por meio do blog, os mais de 4 milhões de jovens carentes que nos últimos 10 anos passaram a acessar as universidades brasileiras possam formar opinião, melhorar seus argumentos sobre os grandes temas da atualidade e se engajar no processo de transformação do país.

O blog é organizado por temas (economia, política, meio ambiente, educação, saúde etc.) e categorias (documentários, filmes, entrevistas, pesquisas, humor, músicas, livros e frases). Além disso, o aluno terá acesso a questionários sobre os conteúdos assistidos. Uma plataforma de testes on-line permite que ele acumule pontos e troque por vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, vale-cultura (cinema, teatro, exposições e museus), vale-livros, vale-cópias, entre outros. O objetivo é mitigar o risco da evasão, garantir a sustentabilidade e o bom desempenho do jovem carente na universidade e o sucesso maior: a conclusão do curso.

Se você não é um estudante, também pode colaborar sendo mentor de um desses jovens, compartilhando seus contatos do LinkedIn, bem como oportunidades de estágio, ou mesmo oferecendo-se para dar palestras presenciais ou on-line e fazendo doações para ajudar a viabilizar esses benefícios.

Cinema negro: curso gratuito

O *Centro Afro Carioca de Cinema/Zózimo Bulbul* abre a segunda turma do Curso de Formação em Cinema para a juventude negra, cinéfilos, alunos dos pontos de cultura, professores e demais interessados. O curso traduz o sentimento do ator negro Zózimo Bulbul, que defendia o cinema como arma para alcançar visibilidades.

O curso traz uma mostra de filmes africanos, rodas de conversa, mesas-redondas, oficinas de roteiro, figurino, direção, produção de curta, história, cultura e arte africana. Nessa edição haverá a participação de Joel Zito Araújo, Luis Antonio Pilar, Tom Farias, Iléa Ferraz e muitos outros.

Seminário Internacional Espectro e Redes Digitais

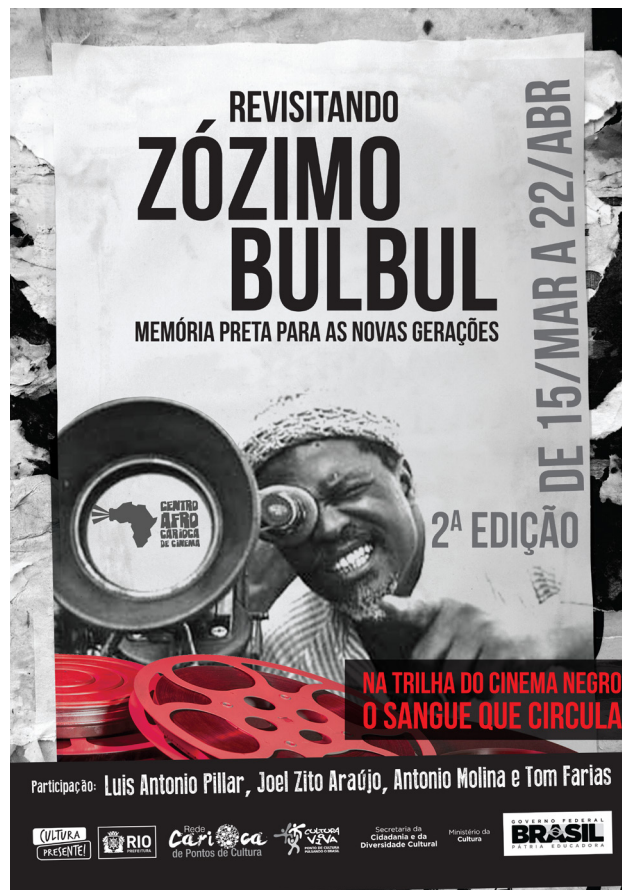
O *Seminário Internacional Espectro e Redes Digitais* será realizado pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc Brasil), com apoio da Fundação Ford e em parceria com o Laboratório de Jornalismo da Unicamp (Lajor). O evento acontece nos dias 31 de março e 1º de abril, na Unicamp, em Campinas, e traz a visão do espectro eletromagnético como um bem comum que precisa ser defendido e regulado democraticamente. O evento tem entrada franca e dispensa inscrições.

Fórum do Rio

O 7º Fórum do Rio acontecerá no dia 2 de abril, na Arena Jovelina Pérola Negra, na Pavuna. Neste ano, o encontro abordará os temas: “Quais são os principais desafios do Rio pós-Olimpíadas?” e “Quais as políticas públicas necessárias para superá-los?”. Como em todos os anos, organizações e coletivos que integram a rede ou que queiram se aproximar estão convidados a expor seus trabalhos na Feira de Integração, espaço voltado para a promoção da interação e da cooperação entre atores da sociedade civil.

Rádios Comunitárias

O II Encontro de Rádios Comunitárias e Software Livre acontecerá em Quito, Equador, de 1º a 3 de junho. Serão três dias de conversatórios e oficinas práticas para aprender como operar sua rádio comunitária; como instalar sistemas operacionais livres; e como usar editores, automatizadores e todos os programas livres necessários para que sua rádio funcione sem software privado, de forma segura e sem violações de privacidade online. A organização é da Coordenadoria de Meios Comunitários, Populares e Educativos do Equador (Corape), da Flasco Equador, da DW-Akademie e da Rede de Rádios Comunitárias e Software Livre.





Indicadores de Cidadania

O projeto Incid, realizado pelo Ibase em parceria com a Petrobras, acaba de lançar os Cadernos Municipais, resultado de um longo processo de discussão, (re)construção de Indicadores e mapeamento participativo. O trabalho expressa até onde cada uma das Redes de Cidadania locais chegou em seu processo de apropriação das ferramentas do Projeto. Estão disponíveis os Cadernos de 12 dos 14 municípios na área de Abrangência do Comperj. Os mapas com os indicadores seguem sendo aperfeiçoados e completados pelas Redes e novos mapas, de diferentes direitos, estão sendo construídos e serão inseridos na Plataforma Digital dos Mapas da Cidadania.

Infraestrutura na América do Sul

Está disponível para download “Escenarios del financiamiento para el desarrollo de infraestructura en Sudamérica”, produzida pela Coalizão Regional para a Transparência e a Participação, da qual o Ibase faz parte. A publicação traz textos de Fernando Amorim, Gerardo Cerdas Vega e Eduardo Bacil (Ibase); Francisco Rivasplata (DAR); Vanessa Torres (AAS); Silvia Molina (Cedla) e Miguel Luzuriaga (CDES) e traça um panorama detalhado do estado da arte do financiamento para infraestrutura na América do Sul, com o foco nas ações do Banco Mundial. No final, há uma análise sobre os desafios para o desenvolvimento da região.

iBase.